

SAMIR RIBEIRO DE JESUS

TRABALHO-EDUCAÇÃO E DOMINAÇÃO DO TRABALHADOR
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CABOCLLO SERRANO CATARINENSE.

Dissertação apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Fe-
deral de Santa Catarina para
a obtenção do grau de Mestre

FLORIANÓPOLIS

1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Biblioteca Universitária
UFSC

**TRABALHO - EDUCAÇÃO E DOMINAÇÃO DO TRABALHADOR -
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CABOCLO SERRANO CATARINENSE.**

- DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO COLEGIADO
DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO
DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
EM CUMPRIMENTO PARCIAL PARA A OB-
TENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM EDU-
CAÇÃO.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 24 / 04 / 92.


Profa.Dra. Nelma Baldin - Orientadora


Prof. Dr. Edmundo L. de Arruda Junior - Examinador


Profa.Dra. Maria da Graça N. Bollmann - Examinadora

SAMIR RIBEIRO DE JESUS

Florianópolis, Santa Catarina

Abril - 1992.

SUMÁRIO

RESUMO	05
ABSTRACT	07
1. INTRODUÇÃO	09
2. ABORDAGEM TEÓRICA	18
2.1. Considerações em torno do conceito de educação	18
2.2. Trabalho-educação e sobre educação/dominação do trabalhador no capitalismo	24
3. O PLANALTO SERRANO CATARINENSE	38
3.1. Suas matérias-primas e seus ciclos econômicos	38
3.2. De pousos de tropas à condição de vilas	42
3.3. O tipo humano-social da serra catarinense: o caboclo	44
4. PRIMEIRA FASE: A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DO PEÃO E DO ROCEIRO NO QUADRO DA DOMINAÇÃO PATRIMONIALISTA	53
4.1. O latifúndio: a origem histórica das fazendas serranas catarinenses	54

4.2. Peão e roceiro: dois mundos do trabalho dependente ..	60
4.3. Educação e domesticação do trabalhador no contexto da hegemonia da oligarquia rural serrana	67
5. SEGUNDA FASE: A INTEGRAÇÃO DO CABOCLO JOAQUINENSE NA INDÚS- TRIA CAPITALISTA DA MADEIRA	
5.1. A exploração dos pinhais no planalto norte catarinen- se: uma experiência capitalista	76
5.2. A exploração do "pinheiro brasileiro" no Sul do pla- nalto catarinense: da economia de subsistência à eco- nomia capitalista	78
5.3. Peões e Roceiros rumo à Serraria	82
5.4. A organização do trabalho na serraria e suas formas de educar o trabalhador	91
5.4.1. A divisão do trabalho	101
5.4.2. A divisão do trabalho na serraria	108
5.4.3. As relações de trabalho e a educação do traba- lhador	113
5.4.4. A cultura de resistência	117
6. CONCLUSÃO	126
7. BIBLIOGRAFIA	131
8. ANEXOS	140
ANEXO 1. Serrarias existentes no município de São Joa- quim, (SC), em 1941	151
	152

ANEXO 2. Extração da madeira em São Joaquim/SC, 1970-1980

Especificação das firmas - serrarias extratoras

da madeira 153

RESUMO

Este trabalho tem por objeto de análise as relações histórico-educativas interligadas e interferentes do processo de habituação do caboclo do planalto serrano catarinense e, em particular, da habituação do caboclo do município de São Joaquim, para o mundo do trabalho dominante.

Limitamos a nossa análise ao problema da relação entre o trabalho e a educação, explicitando a forma como essa relação foi sendo, historicamente, desenvolvida na fase de hegemonia da fazenda de gado e na fase de domínio da indústria capitalista da madeira.

Na era da fazenda, o processo educativo dos trabalhadores serranos se desenvolveu com base na reunião de todos os meios de produção em mãos dos fazendeiros, que se transformaram, não somente em patrões, mas também em grandes chefes políticos locais e dirigentes sociais. Por outro lado, os trabalhadores rurais despojados dos bens materiais, sobretudo, da terra, passaram a viver de forma isolada e desamparada no campo, quer seja como peões de fazendas, quer seja como pequenos roceiros, produtores da sua própria subsistência. Assim, tanto no trabalho como na vida social em geral, as relações que se estabeleceram entre os fazendeiros de grandes posses de terra e os trabalhadores

despossuídos foram relações pessoais, predominantemente, de caráter de dominação patrimonialista.

Somente por volta de 1950, com a penetração das relações de trabalho capitalista no campo, tem início um processo de desmoronamento do mundo patrimonialista. As chamadas serrarias de produção de madeira tornam-se as principais arenas onde os ex-peões e ex-roceiros são enquadrados na disciplina exigida pelo trabalho assalariado, metódico e regular.

Trata-se, portanto, de apreender e explicitar esses dois momentos do processo histórico da educação do caboclo, da sua transformação e adaptação às regras das formas de trabalho e das relações sociais dominantes.

ABSTRACT

This work aims to analyse the educational historical relations, which are interrelated and interchangeable, in the process of adaptation of the "caboclo" (product of interracial crossing) in São Joaquim, within the realm of dominating work.

We confine our analysis to the problem of relating work and education, making explicit the way this relation was historically developed in the period of cattle breeding hegemony and in the period of capitalistic wood industry hegemony.

In the period of the cattle breeding farm, the educational process of the workers from planalto serrano (a region in the west) was developed based on the farmers having the power over all production means, and they became not only the bosses, but also important social leaders and political authorities. On the other hand, rural workers, destituted of assets, mainly land, started to live in an isolated and poor manner in the country, either as "peões" in the farms, or as small farmers, making their own living. Thus, both in working and in social life in general, the relations which were established between big farm owners and destituted workers were personal relations, mainly in a patrimonialist domination character.

Only around 1950, with the introduction of capitalistic work relations in the country, we see the starting of a new process of falling in the patrimonialist world. The so-called wood production mills became the main locations where the "ex-peñes" and ex-small farmers are adjusted in the discipline required by regular, methodic and paid work.

It is about, therefore, the apprehension and clarification of these two moments of the historical process in the "camboclo" education, transformation, and adaptation to the requirements of the working manners and of the dominant social relations.

1. INTRODUÇÃO

Na luta pela construção da hegemonia do proletariado no interior de uma sociedade marcada pelas relações capitalistas de exploração e dominação, a questão da educação dos trabalhadores tem sido objeto de debates, de aprofundamento teórico e prático, não apenas no mundo da academia, mas também, fora dele. Esta questão produziu os seus teorizadores, os seus políticos e, ao mesmo tempo, os seus críticos.

De maneira geral, observa-se que a preocupação pela urgência de uma educação como instrumento dos trabalhadores na luta contra a burguesia, como forma de transformação social, encontra explicação no fato de que, para se tornar classe dirigente, os trabalhadores que se encontram despojados, não só de bens materiais, mas também, de cultura não podem limitar a sua luta apenas em torno do controle da produção, mas, ir além, isto é, estender a sua luta ao campo político e também cultural. Na verdade, o exercício do poder de uma classe sobre outra, num dado momento histórico, é expressão de múltiplos fatores (econômicos, sociais, políticos, culturais) inter-relacionados e interferentes.

Por outro lado, a educação dos trabalhadores, a sua luta pela hegemonia, faz-se, não de forma isolada, individualista, corporativista, mas, especialmente, como trabalho coletivo

de unidade entre ação e pensamento, prática e teoria, técnico e político; de formação de alianças entre os trabalhadores e outros segmentos da sociedade.

Trata-se, portanto, da criação de uma nova visão de mundo, de uma nova cultura, pensada como consciência crítica, política, histórica, para os trabalhadores. Uma nova visão de mundo que não é senão a elaboração lógica, racional e sistemática do saber construído historicamente no interior da produção e das relações sociais de produção.

É no contexto desta problemática que se situa o presente trabalho de dissertação, que trata da educação e da dominação do trabalhador, enfocadas do ponto de vista do trabalho como categoria histórica e princípio educativo.

É, portanto, nessa perspectiva que desenvolve a nossa análise, limitando e enfatizando dois momentos, fundamentais, no processo histórico da educação do trabalhador do planalto serrano catarinense e, em particular, do caboclo do município de São Joaquim: a fase da educação do peão e do roceiro (1771-1950), que corresponde a um período de tempo que envolve a época de hegemonia da fazenda de gado; a fase do recrutamento e enquadramento do caboclo no ritmo e na disciplina do trabalho assalariado (1950-1970) que corresponde à época de domínio da indústria capitalista de extração de madeira, comumente chamada serraria.

Ao longo da exposição do assunto, o trabalho levanta três contradições que, na verdade, são as molas-mestras deste nosso estudo. A primeira, se refere ao papel da escola no processo educativo do trabalhador. Ela exclui historicamente o tra-

balhador despossuído do acesso ao saber sistematizado e, ao mesmo tempo, garante a formação e a qualificação das elites detentoras do poder econômico e político. A segunda, diz respeito a questão da qualificação-desqualificação do trabalhador. O peão e o roceiro recrutados para o trabalho na serraria, são integrados às disciplinas rígidas do trabalho fabril. Ao mesmo tempo que ocorre esta preparação para o trabalho assalariado, desqualificam-se e deseducam-se em relação as antigas formas de produção nas quais estavam historicamente inseridos. A terceira, trata da gestão da submissão-resistência do trabalhador no interior do próprio local de trabalho. A submissão do caboclo às regras do jogo imposta pelo capital, não se realiza de forma absoluta. Ocorre que o trabalhador, ao longo dos anos, na e pela sua experiência e educação prática, constrói as suas próprias formas de resistências, informais e quase sempre individuais (dada a ausência de formas coletivas de organização dos trabalhadores), mas que muitas vezes reduzem a velocidade da dominação comandada pelo capital.

Neste sentido, o objeto de nossa análise não é a educação do trabalhador ao nível ou pela via dos agentes formais (escola e outras instituições) mas a educação do trabalhador que ocorre na própria produção, na forma que ela assume sob as relações sociais do tipo patrimonialista (época da fazenda e da pequena lavoura) e na forma que ela assume nas relações de produção especificamente capitalistas, que surgem e se desenvolvem na região do município de São Joaquim, por volta de 1950.

Assim, observamos que, nesses dois mundos do trabalho, forja-se, particularmente, de forma silenciosa e indireta, a reprodução da força de trabalho não apenas em si, mas também, de reprodução da submissão do trabalhador às normas vigentes. Isto é, a sua alienação a um projeto de subordinação pelo capital.

Não é nosso propósito, absolutamente, depreciar ou diminuir o valor da escola como instrumento na luta dos trabalhadores contra a dominação-subordinação capitalista. Trata-se apenas de relativizar o seu papel sobretudo, em relação ao processo educativo dos trabalhadores caboclos. Estes, foram historicamente excluídos, não apenas da posse à terra, mas também, do direito ao acesso à escola, ao saber elaborado e sistematizado. Na verdade, a cultura escolar foi um privilégio de elite rural serrana, formada basicamente por uma minoria. Eram os filhos dos grandes fazendeiros e alguns ricos comerciantes que tinham o direito, de fato, à educação escolar. Inicialmente, o grande fazendeiro contratava um professor particular para garantir a educação elementar aos seus filhos. Na sede da fazenda, aprendiam a ler, escrever e a contar com o "mestre-fazenda". Contudo, alguns membros da elite prosseguiram os seus estudos ingressando em colégios dirigidos por religiosos. Entres estes, figuraram, sobretudo, o Colégio Nossa Senhora da Conceição (RS), dirigido pelos religiosos jesuítas; o Colégio Catarinense (SC), também sob a orientação dos Jesuítas; o Colégio São José, instalado no município de Lages/SC e dirigido pelos religiosos franciscanos e, ainda, outras instituições mais.

Assim, a oligarquia rural do planalto serrano encarregou-se da formação dos seus intelectuais, dos seus políticos e também dos seus religiosos. Lembramos que a cultura transmitida pelas instituições de ensino, dirigidas pelos religiosos, guardava o "timbre aristocrático". E o guardava em função das exatas necessidades e interesses da classe dominante, isto é, dos proprietários, particularmente, de terras.

O período que se seguiu à industrialização da madeira também não viu ocorrer modificações significativas neste quadro da situação da demanda escolar: a oferta da educação permaneceu a mesma, ou seja, a educação para as elites rurais. E foi com esta característica que a escola se afirma também no momento atual, quando observamos que dela está excluído o maior contingente da população do planalto serrano. Na realidade, nada a aproxima das classes dominadas, que fornecem a força humana de trabalho. Dessa forma, os próprios trabalhadores fazem a crítica à educação escolar e relatam sobre a sua realidade educativa da maneira como ela se realiza no interior do próprio local de trabalho e de vida:

"Nóis pobre não pode de jeito maneira estudar. A escola é só prá gente do dinheiro, que não trabalha prá ganha a vida. Pra nós pobre, a vida é a melhor escola. O que a gente aprende não é as coisas do livro, mas da vida... Eu aprendi dando um duro danado lá na fazenda: levantava cedo prá tirar o leite lá na mangueira; ia para o campo lidar com o gado, com arrumação de cerca. Na fazenda, a gente era pau prá toda obra, fazia de tudo um pouco. Não precisava de um patrão por perto, para vigiar... Na serraria, eu aprendi outras coisas. A convivência com outras pessoas que eu nunca tinha

visto na vida. Tinha horário regrado e gente cuidando do serviço dos outros. A gente discutia salário, o que cada um ganhava; discutia sobre férias, o décimo terceiro; discutia o direito de cada um, o que o patrão tinha que pagar. Essas coisas não tinha lá na fazenda, mais isolada, sem muitos homens para trabalhar. Hoje, eu já sei mais sobre os meus direitos de trabalhador. A gente colocava o patrão no sindicato dos trabalhadores, lá de Lages. Pelas conversas do pessoal, o sindicato é que sempre saía ganhando mais. Daí, muitos não procuravam mais o sindicato. Preferiam fazer acordo com a firma"⁽¹⁾

O mundo do trabalho é, portanto, vivido pelos trabalhadores, não como pura abstração, mas, como um espaço onde eles partilham elementos educativos, resultantes de suas experiências práticas.

Em termos de hipóteses, a nossa pesquisa, com base em estudo bibliográfico e em análises de entrevistas (história oral), nos indica que a transformação do caboclo em trabalhador assalariado e, ao mesmo tempo, a sua adaptação às regras de trabalho e às relações sociais dominantes, tem seu início com o processo histórico que o separa da terra. A forma como evolui a produção material da sua existência interfere no seu processo educativo, quer seja no nível da sua "qualificação"⁽²⁾, quer seja já no nível da sua submissão ao capital.

 (1) AMARAL, Pedro de Oliveira. Entrevista concedida ao autor, na cidade de São Joaquim, em 20 de agosto de 1989.

(2) Por qualificação da força de trabalho, entendemos, neste estudo, como o conjunto de habilidades e de conhecimentos que o trabalhador adquire ao longo dos anos, através de sua experiência prática, e os aplica nas tarefas que constituem o seu ofício.

Coloca-se, assim, a necessidade de apreender e compreender o processo histórico-educativo do trabalhador caboclo articulado e interligado com as relações de produção e com as relações sociais em seu conjunto.

Em termos estruturais, o presente estudo se inicia com algumas reflexões de ordem teórica. Segue-se-lhes uma descrição da região serrana catarinense, destacando algumas características das suas matérias-primas e seus ciclos econômicos, da sua história e das suas gentes. Em especial, dos caboclos que, na situação histórica atual, constituem a maioria da população que nada possuindo senão sua força de trabalho, vendem essa força ao capital em troca de sua sobrevivência. Os itens seguintes são dedicados ao estudo das duas fases de desenvolvimento do processo educativo do caboclo enquanto trabalhador: a fase de peão e de roceiro e a fase de operário assalariado da indústria capitalista da madeira.

O caminho metodológico escolhido para a compreensão da problemática proposta - o entendimento de como o caboclo foi transformado e submetido às regras do trabalho dominante - exigiu de nós, dois procedimentos de ações ordenadas: o de registrar os fatos e, ao mesmo tempo, o de tentar, de forma modesta, interpretá-los.

Grande parte do material coletado para a realização deste estudo vem das entrevistas com pessoas simples, em sua maioria, indivíduos que, não só não escrevem, como não lêem livros, jornais e revistas. Muitas vezes, não os lêem porque não dispõem de recursos financeiros suficientes para adquiri-los;

outras vêzes, porque, pelas circunstâncias e condições sociais, foram, historicamente, transformados em pessoas "analfabetas".

A técnica de entrevista empregada por nós foi a da "história oral"⁽³⁾, que consistiu, basicamente, de entrevistas com trabalhadores ex-peões, ex-roceiros, ex-operários de serrarias, com um historiador do município joaquinese, e com ex-gerentes de serrarias. Através da história oral, buscamos recuperar elementos de análise e de leitura do real relacionados com o nosso objeto de estudo.

O critério adotado para a realização das entrevistas primou, sobretudo, pela qualidade e não pela quantidade. Assim, de um universo populacional de trabalhadores fixos nos pomares de maçã com um número médio mais ou menos de 1.000 empregados e com um número médio de trabalhadores temporários mais ou menos de 2.500 empregados, realizamos cerca de 30 entrevistas, sendo que destas, selecionamos não mais de 15, para análise e explicitação da nossa temática (50% do total das entrevistas realizadas). Destas entrevistas selecionadas, optamos pelas qualitativamente mais significativas. Isto é, optamos por aquelas em que o entrevistado apresentava maior experiência e maior conhecimento do assunto em pauta.

Conforme procedimentos da história oral, as entrevis-

(3) Maiores informações sobre a "história oral", ver: WEBER, Regina, História e memória: a identidade social do trabalhador. Projeto de pesquisa apresentado à FAPESP, 1985; THOMPSON, Paul. La história oral y el historiador. Debates, Valencia. (10): 52-56, diciembre, 1984; CORREA, C.H. História Oral: Teoria e técnica, Florianópolis, UFSC, 1978.

tas foram gravadas em fitas, transcritas literalmente, revisadas e assinadas pelos entrevistados. Dessa forma, garantimos dois tipos de documentos: o gravado e o escrito. Nestes, recuperamos parte da história dos que são colocados no quadro dos chamados "povos sem história"⁽⁴⁾. Na verdade, tínhamos e temos história de grandes personagens políticos, de generais e de batalhas, mas não temos a história do povo, dos trabalhadores, dos vencidos. A nossa história, é a história dos vencedores. Portanto, trata-se de dar passagem à multidão dos despossuídos que a história oficial burguesa, assim como a sua escola, jogaram à margem de seu caminho.

Finalmente, entendemos ser de nosso dever salientar que nem sempre pudemos obter todas as informações necessárias para uma análise mais aprofundada e rigorosa da questão aqui proposta. Estamos, de fato, bastante conscientes das deficiências deste estudo como uma peça de conhecimento pedagógico. Na verdade, este trabalho não é uma obra prima. Nenhum dos seus capítulos assume caráter definitivo, completamente acabado. Entretanto, procuramos canalizar todas as nossas experiências e energias no sentido de fazer, deste estudo, a nossa própria contribuição: para o aprofundamento teórico e prático da questão pedagógica da educação dos trabalhadores, e para o desenvolvimento da consciência crítica, histórica e política da classe trabalhadora em geral, e dos trabalhadores serranos catarinenses em particular.

(4) MONIOT, Henry. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, J. e NDRA P. (org.). História: novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 99.

2. ABORDAGEM TEÓRICA

Nesta primeira parte, procuraremos dar maior ênfase e precisão àquilo que entendemos por educação, especificando particularmente o nosso alvo para o qual se orientou este trabalho: a educação do trabalhador. Não pretendemos conduzir a nossa visão em torno da educação no sentido de apontá-la como sendo completamente acabada, a única, válida para todos: Pelo contrário, a nossa visão desta realidade, que se manifesta de maneira complexa e desconcertante, reproduz apenas uma teoria e uma prática limitada pelas nossas experiências como homem, situado num tempo e num espaço determinado. Assim, quando tentamos responder à pergunta "Que é educação?" nossa resposta, consciente ou inconscientemente reflete nossa própria posição no tempo, e faz parte da nossa resposta a visão que nós temos da sociedade em que vivemos.

2.1. Considerações em torno do conceito de educação

O universo da educação é - reconheçamo-lo ou não - o nosso universo, a sociedade onde nascemos, para a qual somos moldados desde os nossos primeiros anos de vida. A língua que

nós falamos, bem como todo o nosso modo de viver, de agir e pensar, não é uma herança individual, mas uma aquisição social do grupo no qual estamos imersos. Neste sentido, pensar a educação é pensar a sociedade, o indivíduo e a cultura interligados, inseparáveis; eles são necessário e complementares um ao outro e não opostos. Nenhum homem é uma ilha na sua totalidade. Logo que nascemos, o mundo começa a agir sobre nós e transforma-nos de unidades meramente biológicas em unidades sociais. Porém, o que é decisivo é o fato do homem ser, ao mesmo tempo, o produto e o produtor da sociedade, da cultura. O homem civilizado, como o homem primitivo, é modelado, transformado pela sociedade tão eficazmente quanto a sociedade é transformada por ele. Os homens fazem a história. Ao mesmo tempo, a história faz também os homens e molda o seu destino⁽⁵⁾.

Resultado do que dissemos, a educação é, pois, um processo que decorre primeiro do fato de o homem "estar no mundo" e com ele relacionar-se, transformando-o e transformando-se, através de sua atividade prática concreta. Neste caso, o homem (sujeito do conhecimento) não é um mero aparelho registrador passivo da realidade, mas o agente que dirige este aparelho, que o orienta, o regula e também o transforma, por meio do trabalho. "Na base do trabalho, no trabalho e por meio do trabalho, o homem criou a si mesmo, não apenas como ser pensante qualitativamente distinto dos outros animais, mas também, como o único ser

(5) CARR, E. H. Que é História? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 33.

do universo, por nós conhecido, que é capaz de criar a realidade... Os produtos não testemunham apenas a atual capacidade criativa do homem, mas também e, em especial, as suas infinitas potencialidades"(6).

A escola rompe este vínculo direto, separa o trabalho da criação, da vida e da cultura e transforma a aprendizagem, o trabalho educativo, num exercício mecânico e extenuante. A educação, sobretudo o processo educativo do trabalhador, começa muito além das fronteiras da educação escolar. Em geral, segundo Giannotti, são as doutrinas que não atribuem à praxis o papel de conformar a verdade às que atribuem maior ênfase à pedagogia.

A praxis do homem é a atividade prática contraposta à teoria; é a determinação da existência humana como elaboração da realidade. É a atividade que se produz historicamente como unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, do sujeito e do objeto, do produto e da produtividade(7).

Trata-se, portanto, de ampliar o conceito de educação no sentido de recuperar, na prática educativa e/ou ação educativa, a dimensão do homem concreto. Isto é, o indivíduo humano-social, trabalhando com a concepção do conhecimento como uma atividade, e não como uma contemplação. Deste modo, a construção da educação não reduz a consciência às condições dadas, mas concentra a atenção no processo ao longo do qual o sujeito concreto

(6) KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 110-114.

(7) Ibid., p. 202.

produz e reproduz a realidade social; e ele próprio, ao mesmo tempo, é nela produzido e reproduzido. Na verdade, a distinção entre a teoria e a prática, entre a ciência e a política, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual só faz com que as estruturas de dominação existentes em nossa sociedade serem reforçadas, dogmatizando, absolutizando ou estabelecendo como verdade eterna a divisão entre ricos e pobres, entre corpo e mente, entre os que pensam e os que são condenados ao trabalho manual. Daí a necessidade de buscarmos na "filosofia da práxis" o novo modo de ser da educação. "A filosofia da práxis", diz Antônio Gramsci, é o verdadeiro coroamento de todo este movimento de reforma intelectual e moral, dialetizado no contraste entre a cultura popular e a alta cultura. Neste sentido, trata-se, portanto, de uma filosofia que é também uma política e de uma política que é também uma filosofia. Ela representa o mais alto grau de historicismo, a liberação total de qualquer ideologismo abstrato, a verdadeira conquista do mundo histórico, o início de uma nova civilização para o homem⁽⁸⁾.

Assim, não há mais essência divorciada da existência, não há mais teoria divorciada da prática, concepção divorciada da execução; o homem se define essencialmente pela produção, isto é, pelo trabalho definido como práxis a qual, por sua vez, nos seus elementos característicos, é reduzida a trabalho. Desde o momento em que começa a produzir, o homem define-se como huma-

(8) GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987, p. 107.

no-social. Ora, como a realidade humano-social é criada pela práxis, a história, não é, senão, a história da luta do homem na produção material da existência, na qual o humano se distingue do não-humano: "distinto dos animais ao transformar a natureza e produzir-se a si mesmo, o homem faz história, que é a da produção da vida material a partir da produção dos meios de existência"(9).

Nesta perspectiva, dentro de nossa visão, conceituamos que uma prática educativa coerente e essencialmente comprometida com as reais necessidades e interesses dos trabalhadores deve visar a transformação das estruturas de dominação e opressão montadas pelo sistema de produção capitalista, a partir da construção sólida de uma nova cultura, uma nova visão do mundo. Neste sentido, dentro de um contexto social, político e também cultural marcado por desníveis, a educação emerge como instrumentos de luta, orientada no sentido de preparar os trabalhadores política e tecnicamente para exercer o domínio na sociedade. Domínio este, fundamentado no desenvolvimento de novas relações sociais de produção entre os homens e a natureza, os homens e os instrumentos de produção, dos homens entre si e dos homens com o mundo. Em suma, a nova educação, a nova visão do mundo e da cultura para os trabalhadores só é possível na medida em que procede da "filosofia da práxis" como superação das relações sociais vigen-

(9) KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986, p. 34.

tes e como desenvolvimento de novas relações.

Miguel Arroyo, na questão da educação do trabalhador brasileiro, posiciona-se no sentido de ampliar o conceito de educação através da análise do trabalho como categoria educativa. A construção do educativo nasce, segundo ele, excludente da escola onde não cabe nem o trabalho nem o trabalhador, nem o saber que se constrói na práxis social. O reducionismo da educação à escola faz parte de um processo amplo de negação do saber, da educação e da cultura, produzidos enquanto práxis das camadas trabalhadoras em luta. Daí decorre a necessidade de se recuperar os processos educativos que se dão na cotidianidade da vida, na produção e nas relações sociais de produção⁽¹⁰⁾.

Enfim, a concepção de educação deve conter, para se aproximar da realidade educativa dos trabalhadores, um outro componente: a transformação das relações que os homens concretos, independentemente de sua vontade, estabelecem à volta do processo de produção. Tais relações de caráter educativo existem em toda a sociedade. Entre elas, podemos enumerar as relações de propriedade (a posse da terra), a organização do trabalho, a forma como se distribui a riqueza social, a distribuição do produto e outras mais. Neste sentido, a ação educativa não pode ser limitada especificamente às relações escolares, à mera necessidade de as gerações mais velhas transmitirem às mais novas as

(10) ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador à educação, in: CARLOS, Minayo Gomez (org.). Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 1987, p. 82-88.

suas experiências e os seus valores. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e, assim, garante seu lugar privilegiado, como havíamos dito anteriormente, na própria produção. É a partir da fábrica (local de trabalho), isto é, da experiência concreta, "na cotidianidade⁽¹¹⁾" que o trabalhador se educa, se faz homem.

2.2. Trabalho - Educação e sobre educação/dominação do trabalhador no capitalismo

Tudo o que escrevemos até aqui, nos leva a realçar a importância das relações de trabalho no processo educativo dos trabalhadores. Neste sentido, faz-se necessário dizer algo sobre a questão da relação trabalho-educação, questão esta que ocupa um lugar central, no pensamento e na prática de um reduzido grupo de intelectuais brasileiros, preocupados com "a crise de aprofundamento teórico" da mesma. Na prática, a ausência do aprofundamento teórico da relação trabalho-educação de um lado, desemboca em propostas e experiências que assumem o trabalho, o conhecimento e a educação como categorias absolutas e a-históricas. De outro lado, a especificidade das práticas educativas que se desenvolve no interior da produção e das relações sociais de

 (11) Maiores informações sobre "o que é cotidianidade" ver, KO-SIK, Karel, op. cit., p. 68-79. Neste estudo o autor menciona que a cotidianidade e a História se interpenetram.

produção que na sociedade capitalista de classes são relações de poder, de força, de violência - não é captada⁽¹²⁾. Para Acácia Kuenzer, o que tem caracterizado a grande maioria dos estudos nesta linha de investigação da educação é a insuficiência da relação com o empírico. Assim, os trabalhos acabam por não conseguir apreender o fenômeno estudado enquanto acontecendo, na tentativa de reter a sua historicidade⁽¹³⁾.

Uma vez definido o trabalho como práxis, isto é, como atividade que se produz historicamente, podemos ressaltar que o trabalho é a alternativa fundamental do homem. É o meio que permite, ao homem de transformar a natureza e, ao mesmo tempo, ser transformado por ela. Segundo Karel Kosik, o trabalho é o procedimento ou a ação em que de certo modo se constitui a unidade do homem e da natureza na base da sua recíproca transformação. Assim, o homem se objetiva no trabalho. Ele alcança, no trabalho, a objetivação e, dessa forma, o objeto é humanizado. O homem vive no mundo (das próprias criações e significados) enquanto o animal está atado às condições naturais⁽¹⁴⁾. Em outras palavras, o que Karel Kosik expressa é que o trabalho, ao ultrapassar a mera atividade instintiva transforma-se na força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como

(12) FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMES, Carlos Minayo, op. cit., p. 9.

(13) KUENZER, Acácia A. op. cit., p. 17.

(14) KOSIK, Karel. op. cit., p. 184.

conhecemos.

Nesse sentido, o trabalho como atividade criativa (proposital e orientada pela inteligência) permeia todo o ser do homem e constitui um produto especial e particular da espécie humana. Entretanto, nos seres humanos, diferentemente dos animais⁽¹⁵⁾, a unidade de trabalho e criação, de concepção execução pode ser dissolvida. Logo, "a concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a idéia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra⁽¹⁶⁾".

A produção capitalista rompe este vínculo direto (concepção*execução), desvincula o trabalho da criação, os produtos dos produtores e transforma o trabalho-criação em trabalho alienado, em algo maquinal, repetitivo e, portanto, em algo pouco apreciado e que se auto-despreza. O produto não pertence ao trabalhador mas a uma pessoa alheia, ao capitalista que comprou, no mercado de trabalho, a força de trabalho do trabalhador e sua capacidade de produzir durante um tempo determinado. O trabalhador já não determina qual será o produto de seu trabalho, mas este é decidido pelo poder do capital (o capitalista) ou, o seu

(15) "A aranha tece sua rede de acordo com uma incitação biológica e não pode delegar esta função a outra aranha; ele desempenha essa atividade porque é de sua própria natureza. Mas quanto a homens e mulheres, quaisquer padrões instintivos de trabalho que possam ter possuído nos inícios de sua evolução, há muito foram atrofiados ou afogados pelas formas sociais" (BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 53.

(16) Ibidem.

representante. Logo, os produtos do trabalho não indicam o seu criador, isto é, o trabalhador, que se rebaixa ao nível das mercadorias e dos objetos. O propósito do trabalho torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador o qual, por sua vez, agindo como capitalista, mantém o controle sobre o próprio processo de trabalho.

Com a perda do domínio sobre o mundo material criado, o trabalhador perde também a realidade: "A autêntica realidade é o mundo objetivo das coisas e das relações humanas reificadas, diante das quais o homem é uma fonte de erros, de subjetividade, de inexatidão, de arbítrio e, por isto, é uma realidade imperfeita ... (17)". Os trabalhadores são preparados para aceitar as condições, através das quais perdem a própria humanidade e se transformam numa ilusão idealística, ou seja, são separados da subjetividade, da atividade, das potencialidades e possibilidades humanas. Nesta transformação histórica, o aspecto objetivo do homem se transforma em objetividade alienada, em uma objetividade morta, desumana. E a subjetividade humana se transforma em existência subjetiva, na miséria, na necessidade, no vazio, em uma possibilidade meramente abstrata, no desejo (18).

Assim, a história da formação do trabalhador no capitalismo não é senão a história da criação de uma força de trabalho alienada, adaptada às condições de produção material da

(17) KAREL, Kosik, op. cit., p. 110.

(18) Ibid., p. 110-111.

existência e submissa às regras das relações sociais dominantes em contraposição ao trabalho como criação, por meio do qual o trabalhador cria a si mesmo distinto dos outros animais e é capaz de criar a realidade. A reprodução da qualificação e a reprodução de submissão são indissolúveis: qualificar as pessoas para o trabalho supõe muito mais que adestrá-las para serem responsáveis e competentes com o posto de trabalho. Supõe, em especial, modelar os estados de espírito das mesmas, para que se sintam e estejam dispostas a acatar as normas de conduta exigidas, não apenas no contexto da produção, mas também, no contexto das relações sociais.

Tomando como pressuposto o fato real de que a produção capitalista é produção e reprodução das relações de caráter essencialmente capitalistas de produção, é imperativo aprofundar como essa forma de produção da existência humana foi gerando historicamente novas formas de educação, que exerceram significativamente influência na formação do trabalhador, na sua transformação em fator de produção, em força de trabalho alienada/dominada. Entendemos seja este um dos caminhos, o ponto de partida para o repensar e para compreender a questão da relação trabalho-educação no sentido de preparar os trabalhadores para que possam fazer sua própria vida e sua própria história. Para isso, é necessário recuperar o aspecto criador do trabalho humano em que o homem se reconheça em seus produtos, em sua própria atividade e nas relações que estabelece com os outros homens. No entanto, isto só é possível por ocasião da superação do modo capitalista de produção, para o qual interessa o trabalho apenas sob

a forma de mercadoria. Como elemento historicizante e socializante, o trabalho permitirá ao trabalhador recuperar o nexo entre teoria e prática, instrução e educação⁽¹⁹⁾. Conforme define Gramsci, o trabalho é a própria forma de o ser humano participar ativamente na vida da natureza, a fim de a transformar e a socializar⁽²⁰⁾.

Desse modo, a construção de uma nova visão do trabalho como alternativa pedagógica para a educação dos trabalhadores implica, necessariamente, buscar apreender no interior da produção e das relações sociais de produção como o capital historicamente transforma o trabalhador em fator de produção, em força de trabalho alienado, e o educa de acordo com as suas necessidades, interesse e a sua função histórica. Fato este, colocado em cheque por Marx e que escapa das análises dos economistas burgueses que tem, em Adam Smith, o seu principal expoente.

Em O Capital, Marx trata a redução do trabalhador à mercadoria, à força de trabalho assalariada e à sua alienação/dominação como um processo social, historicamente determinado. Este processo tem início com a destituição dos trabalhadores dos seus meios de produção. Assim por exemplo, na Inglaterra desde o começo do século XVIII, os camponeses expropriados de seu principal meio de produção - a terra - , formaram os enormes

(19) MANACORDA, Mário A. El principio educativo en Gramsci. Salamanca, Ediciones Sígueme, 1977, p. 30.

(20) GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1978.

contingentes que afluíram às manufaturas, para lá comercializar o único recurso que restou para garantir a subsistência: a força de trabalho em troca de um salário.

A ruptura dos vínculos sociais e separação dos trabalhadores de seus meios de produção realizou-se, em geral, de forma violenta por meios coercitivos. Entre estes, figuram, sobretudo, a lei dos pobres e a lei dos aprendizes da Rainha Elizabeth. De acordo com o que estava contido em lei, quem não se apresentasse voluntariamente era conduzido às oficinas públicas regidas por severíssimas disciplinas. Quem, sem permissão do mestre ou empresário, abandonava seu posto no trabalho, era tratado como vagabundo. Nenhum desocupado recebia ajuda senão mediante seu ingresso nas oficinas coletivas (21).

Por estes procedimentos, observa-se a existência de uma educação coercitiva com relação ao recrutamento do trabalhador às disciplinas exigidas pela nova forma de trabalho.

A medida em que, no curso do desenvolvimento da história, a produção material da existência humana assume cada vez mais caráter especificamente capitalista com seus métodos, meios e condições, a alienação do trabalhador pelo capital atinge o

(21) Cf. MARX, Karl. O Capital. Vol. II, 1987, p. 828-894. Nessas páginas Marx trata sobre "A chamada Acumulação Primitiva".

nível da "subsunção real⁽²²⁾". Nela, se realiza a alienação do trabalhador não apenas no nível da expropriação com relação aos meios de produção, mas, também, se estende aos níveis da expropriação do saber operário, de seu produto e de seu controle do processo produtivo.

Assim, com o advento da maquinaria e da produção mecanizada, o próprio processo de trabalho é continuamente transformado, ou revolucionado, em busca de ganhos na produtividade. A máquina torná-se o fator ativo no processo de trabalho, impondo ao trabalhador tarefas contínuas, uniformes, monótonas e repetitivas que exigem a imposição de uma disciplina fabril rigorosa. Além disso, o conhecimento científico, que é a condição necessária concomitante da introdução da maquinaria, cria novas hierarquias de trabalho intelectual e manual, com a eliminação das divisões anteriores, baseada nas habilidades artesanais. A sujeição real do trabalho ao capital transforma continuamente o pro-

(22) Marx distingue duas formas daquilo que chama de "sujeição do trabalho ao capital". Formas estas, que correspondem a períodos históricos distintos da pré-história e da história do capitalismo. A primeira forma encontra-se na maneira pela qual o capitalismo emerge dos modos anteriores de produção. Marx dá o nome de "sujeito formal do TRABALHO CAPITAL". Essa subordinação não modifica o processo de trabalho enquanto tal, a única maneira pela qual a mais-valia pode ser extraída é pela extensão da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho socialmente necessário. A subordinação formal se associa, dessa forma, à mais-valia absoluta. Marx chama a indústria de grande escala, com sua produção baseada na maquinaria, de "sujeição real do trabalho ao capital" e a associa à produção de mais-valia relativa (MARX, O Capital, Vol. II, 1987, p. 583-594).

cesso de trabalho na busca da acumulação de valor e é considerada, geralmente, como sinal de maturidade do capitalismo como modo de produção.

Na indústria, a divisão do trabalho não é mais feita a partir dos conhecimentos e das habilidades do trabalhador adquirida ao longo dos anos na e pela sua experiência prática, mas, pela distribuição dos trabalhadores pelas diferentes máquinas do ramo. O trabalho fica totalmente desligado dos reais interesses e necessidades dos trabalhadores; o trabalhador passa a ser dominado pelo próprio instrumento de trabalho, que se confronta com ele sob a forma de capital morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure. A separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e a transformação deste em forma de dominação do capital sobre o trabalho, torna-se uma realidade de fato com o desenvolvimento da maquinaria e com a divisão do trabalho. "A habilidade especializada e restrita do trabalhador individual, despojado, que lida com a máquina, desaparece como uma quantidade infinitesimal diante da ciência, das imensas forças naturais e formando com ele o poder do patrão⁽²³⁾".

Neste sentido, a redução dos trabalhadores às condições do trabalho fabril não foi apenas um processo de luta em torno das condições materiais mas, também, um processo prolongado de conflito cultural, que se dá, ao mesmo tempo, pela força e

(23) MARX, Karl. O Capital. Vol. I, São Paulo, Difel, 1987, p. 484.

pelo consenso. Justifica-se desta forma a ação educativa da fábrica controlando a vida do trabalhador em todos os seus aspectos, regulando seu lazer, seus costumes, sua conduta, sua moral, sua vida sexual e sua saúde, em virtude do seu ajustamento às novas condições de vida compatíveis com as exigências de racionalização do processo produtivo e de expansão do novo sistema econômico. Este processo de descaracterização da vida do trabalhador exigiu, segundo Thompson, uma profunda revolução cultural, por meio da qual a economia moral dos camponeses foi varrida pela ideologia capitalista do livre mercado.

O profundo respeito pelo trabalho pessoal bem feito cedeu lugar ao fetichismo da maquinaria. A busca de um equilíbrio entre a satisfação das necessidades de consumo e o esforço de trabalho necessário para isso, foi substituída pela satisfação e identificação do bem-estar com o mito do consumo sem fim. A apreciação do trabalho como parte integral da vida que devia ser julgada por seus valores materiais e morais intrínsecos cedeu terreno à sua consideração como mero meio de conseguir satisfações extrínsecas. As redes comunitárias de solidariedade, reciprocidade e obrigação mútuas de artesãos e camponeses e mesmo o rígido código de direitos e obrigações entre o campesinato e a nobresa, foram substituídas pela atomização das relações sociais, pela expansão do individualismo e pela guerra de todos

contra todos⁽²⁴⁾. Nesse universo de revolução cultural, há uma ilustração do pensamento de Marx de que não bastam que as condições de trabalho apareçam num pólo com capital e, no outro pólo, apareçam pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se vender voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolveu-se, conforme explicita Marx, uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais, evidentes⁽²⁵⁾.

Braverman chama a atenção para o fato de que a "habituação do trabalhador" ao papel de "fator de produção" não se dá plenamente. Com efeito, ele diz:

"A aclimatação aparente do trabalhador aos novos modos de produção surge da destruição de todos os modos de vida, a contundência das barganhas salariais que permitem certa maleabilidade dos costumeiros níveis de subsistência da classe trabalhadora, o emaranhado da rede da vida capitalista moderna que torna, finalmente, todos os outros meios de vida impossíveis. Mas, por baixo dessa aparente habituação, continua a hostilidade dos trabalhadores às formas degeneradas de trabalho a que são obrigados⁽²⁶⁾".

(24) THOMPSON, E. F. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Neste trabalho, o autor mostra como a religião exerceu um grande papel na aceitação das novas condições de trabalho e de vida por parte dos trabalhadores. O protestantismo em geral e o puritanismo em particular, foram essenciais para a expansão do modo capitalista de produção.

(25) MARX, K. O Capital, Vol. II, 1987, p. 854.

(26) BRAVERMAN, H. op. cit., p. 133.

Entendida a habituação do trabalhador ao papel de fator de produção como resultado de revoluções econômicas, do desaparecimento de antigas formações de produção social e, portanto, também de reforma ou "revolução cultural", a questão que se coloca é a forma de encaminhamento da superação do modo atual do trabalho marcado pela sua condição de mercadoria e pelas consequências da alienação/subordinação, tendo em vista a elaboração e a realização de uma contra-hegemonia que permita ao trabalhador libertar-se do aspecto desigual e, portanto, desumano do trabalho capitalista.

É neste sentido da superação da dominação ou da "aparente habituação", como diz Braverman, e da necessidade de construção de uma nova hegemonia que Antônio Gramsci, através do seu pensamento e da sua ação política, se constitui em uma chave de leitura no que se refere ao aprofundamento teórico e prático da relação trabalho-educação e a sua inserção no quadro da hegemonia. A necessidade de a classe operária ir além de seus interesses corporativos e o papel político da cultura e da ideologia são temas constantes em seus escritos. Para Gramsci, o único meio de destruir a dominação do trabalho pelo capital e de sustentar o poder da classe trabalhadora é começar a construir uma nova hegemonia definida como relação educativa de superação da espontaneidade e do fatalismo, que se dá na experiência direta representada pelo trabalho acrescida da capacidade intelectual de elaborá-lo teoricamente.

Os trabalhadores, partindo das suas condições de trabalho concretas, devem construir a sua própria visão do mundo,

cuja base serão as suas necessidades reais, os seus interesses, a sua função histórica e a sua própria práxis. A dimensão da relação pedagógica, no entanto, não se limita apenas ao nível do local de trabalho. Ela é, evidentemente, mais ampla: a relação pedagógica existe na sociedade em seu conjunto. Daí, a luta dos trabalhadores para conquista da hegemonia, intervindo na práxis política, social econômica e também cultural, que são múltiplas, complexas e distribuídas em vários níveis (27).

É só na condição de se ter em conta todos estes aspectos do problema que é possível compreender que atrás da história não existe uma mão invisível que empurra os homens e as coisas. Mas, o que existe, realmente, é a capacidade de decidir, de organizar, de conhecer e de agir dos homens, os quais são capazes de lutar para mudar as situações e as relações de força.

Nesse sentido, a educação se efetiva como instrumento de luta que prepara os trabalhadores desenvolvendo as suas capacidades e potencialidades fisiológicas, políticas e técnicas, permitindo-lhes entender seu lugar no sistema produtivo e na sociedade em geral; permitindo-lhes conhecer a sociedade e trans-

(27) Ver GRAMSCI, A. A concepção dialética da história, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986; _____, A. Os intelectuais e a organização da cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; _____, A. Maquiável, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984. Nesta última obra, Gramsci descreve sobre a criação do "homem massa", do "novo homem" pelo fordismo, que estabeleceu uma nova ética, uma nova maneira de pensar e de agir na classe trabalhadora.

formá-la. Só por meio da educação real o trabalhador é sujeito da relação cognitiva e tem possibilidades de desenvolver sua capacidade de querer e de intervir conscientemente e não miticamente ou, passivamente, na elaboração da história e da vida coletiva.

3. O PLANALTO SERRANO CATARINENSE

O município de São Joaquim, está localizado no extremo Sul do Planalto Serrano do Estado de Santa Catarina. Sua configuração territorial assemelha-se à de um triângulo, caracterizado por três notáveis acidentes físicos que são os seus limites: ao norte e ao oeste, o rio Lavatudo; ao sul, o rio Pelotas; a leste, a Serra Geral. Em toda a sua extensão, a superfície do solo é muito acidentada, caracterizando-se pelo perfil de altos morros e canchadões profundos. Ademais, outras características com relação às suas matérias-primas, à sua história e às suas pessoas apresentam traços comuns aos demais municípios do planalto catarinense os quais, atualmente, fazem parte do que se convencionou chamar de "micro-região da AMURES. (28)

3.1. Suas Matérias-Primas e Seus Ciclos Econômicos

O "Planalto Serrano", neste estudo se refere àquela

(28) AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana de Santa Catarina - compreende os seguintes municípios: Lages, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urubici, Alfredo Wagner, Ponte Alta do Sul, São José do Cerrito, Campo Belo do Sul e Anita Garibaldi (AMURES, Estudos Preliminares, Florianópolis, Etapa, 1969).

região que abrange um certo número de municípios vinculados à AMURES, à qual São Joaquim pertence pelas suas características geográficas, pelas suas raízes históricas, pela sua cultura e pelo seu tipo humano.

Os campos de pastagens naturais, as florestas de araucárias ou pinheiros, como são chamados pelas pessoas da região; o clima subtropical sêco e o inverno apresentando baixas temperaturas, são os recursos naturais que se constituíram em fatores atuantes na evolução da história econômica dos municípios serranos, na sua formação social e cultural.

As zonas de campos são formadas basicamente de pastagens naturais e pontilhadas de capões de mato, de pequenas nascentes de água (arroyos) e de banhados. Nestas zonas, as grandes fazendas de criação de animais e, em especial, de gado vacum em sistema extensivo, se estabeleceram, em parte, como uma sugestão dominadora do próprio meio. Conforme aponta Enedino Batista Ribeiro, comentando a cerca da economia do município de São Joaquim, nos anos de 1941;

"A pecuária extensiva é sem dúvida alguma a nossa principal indústria e a nossa maior fonte de renda (...). O relêvo acidentado, o frio, os campos cobertos de pastagens naturais fazem com que a indústria pastoral encontre, no nosso meio, as condições favoráveis ao seu desenvolvimento (...). Os nossos campos são excelentes, se prestam tanto para sítios de criar, como para sítios de engorda" (29).

(29) RIBEIRO, Enedino Batista. São Joaquim: estatística-descritiva, Florianópolis, (I.E.E., 1941, p. 40-44.

Assim, nas grandes extensões de campos, os fazendeiros deixavam os animais soltos até crescerem e depois os abatiam para vender o couro e a carne seca (charque).

Além das zonas de campos, no planalto serrano catariense também aparecem, com grande destaque, as zonas de florestas de araucária ou pinheiros. São estas, exemplo notável de adaptação da floresta subtropical, nesta região. O pinheiro pode atingir em média de 30 a 35 metros de altura, sendo que esta medida pode variar de acordo com o solo e com o estágio da vegetação.

Em solo joaquinese, por exemplo, era comum o abate de árvores com essa metragem, segundo depoimentos de antigos trabalhadores de serrarias. O próprio escritor Enedino Batista Ribeiro, em seu estudo, já fazia referências neste sentido:

"Em nosso solo, a araucária brasiliensis encontra habitat excelente (...), alcançando mais de vinte metros de altura. Incontestavelmente, o pinheiro é a nossa mais preciosa árvore sendo o material exclusivo da nossa atual construção de casas, pontes e balças..."(30)

A partir dos anos 50 do século atual, com o resultado da valorização do preço da madeira no mercado nacional, e também internacional, as florestas de araucárias do sul do planalto

(30) Ibidem. Maiores informações sobre a araucária ou "pinheiro brasileiro ver: KLEIN, R. M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. Itajaí, Sellowia, 1970; MAAC, Reinhard, Geografia física do Paraná. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981; IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro, 1977, p. 94ss.

catarinense tornaram-se em um alto potencial econômico, atraindo para a região as chamadas serrarias ligadas ao processo de industrialização da madeira. Nesta nova economia, o pinheiro passou a ser a matéria-prima por excelência, explorada pelos madeireiros, filhos de imigrantes italianos, em geral vindos do Rio grande do sul. "Foram eles - os gringos, como lá se diz - que iniciaram a exploração da madeira em grande escala" (31)

Com o esgotamento das reservas de araucárias e, em consequência disto, com o fechamento de grande parte das serrarias, apesar das condições topográficas adversas, mas com condições de solo favoráveis, a fruticultura de clima temperado mostrou-se altamente promissora, em especial, na região do município de São Joaquim. Assim, mais uma vez a economia regional mostrava-se integrada às condições do meio. A produção, sobretudo da maçã, substituiu e superou, de longe, a economia da madeira. Só para ilustrar: a produção de maçã que era em 1979, de 8.2000 toneladas, passou para 50.0000 toneladas em 1987. Das mais de 100 serrarias instaladas no município entre as décadas de 1950 e 1960, restam hoje (1990) apenas 13 unidades que empregam um número médio de 600 trabalhadores.

Destes três ciclos econômicos apontados - ciclo do gado (pecuária extensiva), ciclo da madeira (serrarias) e ciclo da maçã (fruticultura), interessa-nos analisar e discutir os dois primeiros ciclos em seus aspectos pedagógicos e/ou educativos,

(31) ALVES, Márcio Moreira. A força do povo: democracia participativa em Lages. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 22.

relacionados que são com a questão do desenvolvimento do processo de formação do trabalhador da região. Mas, antes de entrarmos na temática específica, tratemos, aqui, de descrever, em linhas gerais, algumas características da história e da população serrana catarinense.

3.2. De pousos de tropas à condição de Vilas

No tocante ao povoamento do planalto, a hipótese mais provável é a de que somente com a abertura do chamado "Caminho do Sul" (1728-1730) é que teriam começado a se estabelecer os primeiros povoadores, de procedência paulista. Antes deste feito, a região era terra de índios - "bugres"⁽³²⁾ como eram chamados - que viviam praticamente na condição de caçadores e coletores, sem moradia fixa. Além dos índios, nela habitavam alguns elementos tidos como "marginais", "foragidos da justiça".

Com a abertura do "Caminho do Sul", o transporte de gado vacum, cavalar e muar da região do Rio Grande do Sul para o mercado paulista muda a sua rota: do mar para a terra. Criou-se, assim, um novo caminho de passagem das tropas de animais, em torno do qual se nucleou a defesa da terra e se gerou o novo

(32) Por toda a região serrana os índios eram chamados de "bugres", sem qualquer conotação em termos de raça e família. Daí a expressão "bugreiro" atribuída àquelas pessoas contratadas pelos tropeiros para afugentar e até mesmo matar os "bugres" (COSTA, Licurgo. O continente da Laguna. Vol. I, 1982, p. 7.

bandeirismo: "o tropeirismo".(33)

Os lugares onde os tropeiros costumavam parar os animais, refazendo-os para em breve prosseguir na longa marcha, passaram a ser conhecidos pelo nome de "pousos de tropas". Esses pousos evoluíram formando os primeiros pequenos povoados os quais, ao longo dos anos, elevaram-se à categoria de Vilas como foram os casos de Lages (a primeira Vila serrana, fundada em 1771 pelo paulista Antônio Corrêa Pinto), Curitibanos, São Joaquim e Campos Novos.

De uma maneira geral, a fundação dessas povoações no planalto serrano não fortaleceu o surto demográfico em toda a sua extensão, mas tão somente criou núcleos isolados entre o caminho das tropas. Na expressão de Cyro Ehlke, o planalto catarinense era apenas "território de passagem". Nem mesmo com a incorporação do território à Província de Santa Catarina, em 1820, alterou-se de fato esta situação. As levas de imigrantes estrangeiros desta Província concentram-se em outras regiões.(34)

(33) O "tropeirismo" teve seu início no decorrer do século XVI-II, alcançou o seu apogeu no século XIX, estendendo-se até meados do século XX, quando decaiu o comércio de animais realizados na feira de Sorocaba, em São Paulo. Maiores informações sobre o tropeirismo no Brasil em geral e no Planalto catarinense em particular, ver: GOULART, J. A. Tropas e Tropeiros na formação do Brasil. RJ., Conquista, 1961; EHLKE, Cyro. A conquista do planalto catarinense. Florianópolis, Laudes, 1973.

(34) Sobre a distribuição dos imigrantes estrangeiros na Província de Santa Catarina ver: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina Florianópolis, S.E.C., 1968; PIAZZA, Walter F. História da colonização de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1981; PIAZZA, W. F. e HUBENER, L. M., Santa Catarina história da gente. Florianópolis, Lunardelli, 1987.

Com isso, o planalto acabou ficando por muito tempo sem a contribuição cultural destes colonizadores.

Entre 1950 e 1960 ocorreu, na atual região da AMURES, um sensível movimento de migração interna em consequência da exploração econômica das reservas de araucárias: os "gringos", em particular, invadem a região.

3.3. O tipo humano-social da serra catarinense: o caboclo

O homem em geral do planalto catarinense é denominado e se auto-denomina de "serrano". Segundo a visão dominante, este tipo humano-social das zonas de campos e pinhais, de revivência somática do bandeirante e do mameluco, cuja antogênese, por sua vez, é das mais complexas e resultante de cruzamentos do português (onde vários sangues se englobam) com o índio e com o negro, apresenta uma formação física e psico-social diferente daquela do indivíduo "praiano" das zonas de beira oceânica e, também, do indivíduo imigrante das zonas de colonização propriamente ditas. O meio físico criou na fisionomia psicológica do serrano o senso da extensão, da liberdade, da grandeza, da riqueza e do sentimento do infinito. A sua ascendência tupi lhe transfundiu a profundidade dos sentimentos, tanto no ódio como no amor, o cunho da hospitalidade e o característico da mobilidade. A hereditariedade lhe gravou, forte, a ambição e o autoritarismo expressivos no português. E a alimentação, de outra parte, excessivamente carnista, carnívora, serviu-lhe para a acentuação

do absolutismo. (35)

No entanto, para o fim a que se destina este estudo, interessa-nos trabalhar, em particular, com aquela parcela da população serrana que se constituiu a maioria transformada, historicamente, em força de trabalho despossuída, em fator de produção, em instrumento de produção do capital e, portanto, está atualmente vinculada à "classe trabalhadora". (36) Essa população que constitui o universo deste nosso estudo é formada, portanto, por trabalhadores caboclos que têm sua origem nas zonas de campos e pinhais do sul do planalto catarinense.

É temática deste trabalho investigar a relação trabalho-educação no processo histórico da formação deste trabalhador, da sua inserção na produção e nas relações sociais dominantes. Assim, antes de nos debruçarmos no tratamento desta relação, da nossa questão propriamente dita, sentimos que se faz necessário explicitar, ao leitor, quem é esse trabalhador, que tipo de trabalhador é esse e de que forma está ele sendo aqui definido.

O caboclo (luso-brasileiro ou mestiço) é entendido, neste estudo, como o camponês sem terra, o qual encontra-se na situação histórica atual em processo de proletarização. Por não

(35) CÂMARA, Lourival citado por COSTA, Licurgo, op cit. p. 538.

(36) "Classe trabalhadora", neste estudo, é entendida em seu sentido formal segundo a definição proposta por Braverman: "a classe que nada possuindo senão sua força de trabalho, vende essa força ao capital em troca de sua subsistência" (BRAVERMAN, op. cit., p. 320).

ter terra própria, nem contrato de parceria ou de arrendamento, vende diretamente sua força de trabalho a um proprietário, por um salário em dinheiro. Assim, o caboclo, hoje, é o trabalhador temporário (ou volante) ocupado nas grandes plantações de batatas, e, sobretudo, nos grandes pomares de maçã do município de São Joaquim. Acha-se, portanto, diretamente associado à produção de bens agrícolas, especialmente. A sua visão de mundo, a sua maneira de interpretar a realidade que o cerca, o seu modo de vida, de agir e de pensar, ainda permanecem marcados pelo estilo de vida campesino, embora em processo de se tornar algo bem diverso com o grau acentuado de penetração e desenvolvimento do modo capitalista de produção e de suas relações sociais correspondentes no campo. Como define Paul Singer, cada vez que um país se industrializa em moldes capitalistas, forma-se uma classe assalariada. (37) E com relação ao camponês, a probabilidade maior é que ele se incorpore e se adapte às novas situações, às novas formas de produção e de relações sociais. Logo, o camponês sofre um processo de adaptação de acordo com as necessidades do capital.

É neste sentido que buscamos compreender o caboclo simples do planalto catarinense, levando em consideração, não apenas o seu condicionamento biológico, mas também, as suas especificidades históricas, sociais, econômicas e culturais. Na verdade, o trabalhador caboclo da serra catarinense tornou-se

(37) SINGER, Paul. A formação da classe operária. São Paulo, Atual/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

identificável, não só pela sua origem étnica, mas também, pelo ambiente físico no qual vivia, por um estilo de vida e de lazer que antecederam as formas produtivas de trabalho e de vida essencialmente capitalistas, introduzidas, no município de São Joaquim, em particular, pela moderna indústria extrativa da madeira. Muitas vezes a desvinculação do caboclo do seu contexto sócio-econômico e cultural condiciona as pessoas (com outra visão de mundo, com outra concepção de trabalho) a definir este trabalhador em termos depreciativos, como foi o caso de Robert Avé-Lallemant que, em visita à Vila de Lages, em 1858, comentava sobre o modo de vida do camponês da terra:

"Nunca vi tanta indolência, tanta preguiça como entre os camponeses de Lages". (38)

Depois de descrever a indolência do trabalhador lageano, prossegue Avé-Lallemant:

"Se, aos homens indolentes enviassem, como concorrentes na terra, alguns milhares de lavradores alemães, poderia haver uma completa transformação (da Vila)... São muito preguiçosos para submeterem-se à qualquer incômodo ou risco..." (39)

As opiniões de Robert Avé-Lallemant estão impregnadas

(38) AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia, 1980, p. 68-69.

(39) Ibidem.

de um modelo cultural de ética de valorização suprema do trabalho árduo como forma de produção da riqueza material. Ele é um produto da sociedade européia e, portanto, concebe o nosso caboclo serrano à luz da sociedade e da história a que pertence.

O estudioso e brasileiro Ari Martendal, por sua vez, reforça a idéia do caboclo "indolente" e "preguiçoso", quando diz que acostumado à sua simples necessidade de subsistir, o caboclo roceiro, em seu habitat natural era avesso ao expansionismo econômico e ao progresso. Assim, conformado com a sua realidade, permanecia em seu destino de sobrevivência, realizando apenas as tarefas absolutamente necessárias. Nesta ótica, ainda prossegue o autor, o caboclo "avaliava o trabalho e os compromissos. Se desse para viver, estava ótimo". (40)

Na verdade, são as condições da vida real, produzidas historicamente, que condicionam o modo de vida das pessoas, de seu agir e de seu pensar. "O homem não existe sem condições e só é criatura social através das condições." (41) Logo, são as condições dadas que formam o conteúdo da consciência. Assim, as condições não são senão as próprias condições materiais de produção. Produzindo seus meios de vida, explica Marx, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. Dessa forma,

(40) MARTENDAL, José Ari C. Processos produtivos e trabalho-
educação a incorporação do caboclo catarinense na indústria
madeireira. Rio de Janeiro, F.G.V., 1980, p. 37. (Dissertação de Mestrado).

(41) KOSIK, K. op. cit., p. 112-113.

"tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem". (42)

Neste sentido, a conduta do caboclo serrano, o seu jeito de ser e de viver, o torna, muitas vezes, objeto de riso para os habitantes da cidade e, de curiosidade científica para muitos estudiosos.

Com relação ainda à forma de definir o caboclo serrano, destaca-se, também, um outro tipo de leitura que se posiciona no sentido de criar uma espécie de "mito" em torno deste trabalhador: o mito do gaúcho independente. Esta leitura do caboclo serrano será analisada, neste estudo, com mais detalhes, quando tratarmos especificamente da formação do peão catarinense. Assim, não é nossa intenção, neste trabalho, negar a influência do gaúcho das estâncias riograndenses na formação cultural do caboclo-peão das fazendas do sul do planalto catarinense. Negar tal influência é negar a própria história da formação do trabalhador de fazenda na região dos campos gerais de Santa Catarina a qual situa-se, marcadamente, nas zonas limitrofes do Rio Grande do Sul. Entre estas influências figuram, sobretudo, o cavalo, o boi nas lides do pastoreio, o leite gordo, a coalhada, o queijo, a manteiga, a carne seca (charque), o churrasco na dieta alimentar, as bombachas largas, o chapéu de couro, o lenço, as cintas, as botas de couro, a xerenga (faca de tamanho regular) a indu-

(42) MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1987, p. 27-29.

mentária, a música, os instrumentos musicas (a gaita e o violão), os fandangos, o estilo das danças (xote, rancheira, quadrilha, vanerão, etc.); os torneios de laço, as carreiradas, etc. Tais elementos culturais gauchescos estão associados, até praticamente a década de 1950 deste século, às formas de produção material, às formas de lazer dos caboclos catarinenses de "Cima-da-Serra", e, em especial, dos caboclos-peões de fazenda.

Além disso, na comunicação, o gaúcho, segundo Péricles Prade, juntando-se ao elemento da terra, contribuiu para formar um linguajar próprio,⁽⁴³⁾ muito influenciado pelos seus costumes pelas suas tradições e pelos seus conceitos de honra e machismo. O autor acrescenta, ainda, que entre os caboclos da região "existe um indisfarçado orgulho da ascendência gaúcha. Quem tem passado com origem no Rio Grande do Sul faz questão de contar. É quase como descender de nobres".⁽⁴⁴⁾

Embora pesem os traços comuns em relação ao aspecto cultural da formação do trabalhador peão das fazendas catarinenses e do gaúcho do Rio Grande do Sul, faz-se necessário, contudo, precisar o contexto histórico, o contexto sócio-econômico e também o contexto cultural que constituem a chave de leitura pa-

(43) Sobre o "linguajar próprio dos caboclos catarinenses de "Cima-da-Serra" existem duas obras literárias escritas pelo jornalista Tito Carvalho. São elas: Bulha de Arroyo, editada em Florianópolis pela Imprensa Oficial do Estado, em 1939 e vida salobra, também editada em Florianópolis, em 1963. Ambas constituem um patrimônio cultural do linguajar serrano.

(44) PRADE, Péricles, in: UBALDO, Edson. Bandeira do divino. São Paulo, Ed. do Autor, 1977, p. 10.

ra a compreensão do caboclo como tipo humano-social, com suas próprias características e especificidades particulares. Como define Aujor Ávila Luz, "o caboclo não é tão aventureiro, nem jovial, nem deserto, nem fantafarrão quanto o gaúcho rio-grandense". O caboclo serrano, explica o autor, quase não canta e muito pouco ri, é pouco sentimental e nada romântico, sem grandes alegrias e sem expansividade⁽⁴⁵⁾. Na vida real, o caboclo foi feito assim: sendo um indivíduo, é também um produto da história e da sociedade. E é sob este duplo aspecto que, na qualidade de estudiosos, devemos apreender de sua vida e considerá-lo.

Trata-se, portanto, de relativizar, criticar e questionar aquelas formas de análise e leitura do real que, muitas vezes a-históricas e fora do contexto social, costumam se transformar em manipulações conscientes por parte de políticos espertos e por acadêmicos caçadores de prestígios e status intelectuais. Esse tipo de leitura transforma o trabalhador caboclo em uma entidade mitológica,⁽⁴⁶⁾ deixando-o no nível da consciência a-crítica, a-história e a-política. Em outras palavras, esse tipo de leitura mantém o trabalhador ao nível do senso comum, incapacitado para se organizar, e para conquistar alianças com ou-

(45) LUZ, Aujor A. Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos, Fpólis, s/d. 1952, p. 44-46. Ver ainda SANTOS, Silvio C. Povo e Tradição em Santa Catarina. Fpólis, EDERME, 1984, p. 54.

(46) Sobre a questão da transformação do camponês em mito ver, SHANIN, T. A definição de camponês, in: ESTUDOS CEDRAP, Trabalho e dominação. Rio de Janeiro, Vozes, 1980, p. 44.

tros trabalhadores. É também sob este aspecto que o trabalhador não encontra forças suficientes para superar as relações de opressão, de dominação e de exploração consolidadas pelo capital, através da história.

A nossa análise da relação trabalho-educação no processo histórico da formação e desenvolvimento do caboclo enquanto trabalhador, produzido no interior da produção e das relações sociais de produção, dessa maneira, opõe-se à tudo que seja representação falsa ou falsificada e irreal do passado, à utopia (como projeto inatingível, irrealizável), ao mito e à sistematização doutrinária, romântica e idealista, para tentar atingir, de modo modesto, a "concreticidade"⁽⁴⁷⁾ deste trabalhador do Sul do planalto catarinense.

(47) "É o mundo da praxis humana, que constitui a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e do objeto (KOSIK, K. op. cit., p. 18).

4. PRIMEIRA FASE: A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DO PEÃO E DO ROCEIRO NO QUADRO DA DOMINAÇÃO PATRIMONIALISTA

Na construção histórica do homem caboclo serrano, dois tipos de trabalhadores tornaram-se conhecidos pelos seus modos de vida, suas ações e seus pensamentos: os peões de fazenda e os roceiros da pequena lavoura ... (48)

Neste nosso estudo, o peão e o roceiro são tratados não como simples modalidades de trabalho ou indivíduos abstratos mas, como trabalhadores concretos, social e historicamente produzidos. Logo, são as relações produtivas, as relações sociais de produção que, determinadas historicamente, constituem e definem as formas concretas de trabalho, bem como as formas de conhecimento. Assim, o trabalho, as relações de trabalho, as relações do homem com a natureza, dos homens com os instrumentos de trabalho e dos homens entre si, não são senão formas concretas de relações de produção as quais, por sua vez, "correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas ma

(48) Segundo Ari Martendal, na situação existente antes de 1950, na região serrana de Sta. Catarina, os caboclos viviam, ou em pequenas propriedades rurais (caboclo roceiro), ou em fazendas de criação de gado (caboclo peão). MARTENDAL, op. cit., 1980, p. 66.

teriais". (49)

É neste sentido que os caboclos sem terra para plantar, sem gado para criar, sem outros instrumentos de produção e sem privilégios políticos e sociais, acabaram por formar a classe trabalhadora historicamente subalterna. Os peões e os roceiros são, como definiu Oswaldo Rodrigues Cabral, a maioria da população trabalhadora "desclassificada, econômica e também socialmente". (50) Viviam quase só de rezas, e deixavam-se consumir no cotidiano à sombra do patrão, o grande latifundiário, o chefe político local e padrinho.

Portanto, nesta primeira fase, o desenvolvimento do processo educativo dos trabalhadores catarinenses de "cima-da-serra", no interior da produção e do processo social é, aqui, estudado à luz das relações de poder e domínio patrimonialista, fundamentadas no monopólio da terra.

4.1. O Latifúndio: A Origem Histórica das Fazendas Serranas Catarinenses

No planalto serrano catarinense, sobretudo, em sua primeira fase de vida econômica, diferentemente da zona do litoral e de outras ainda, o regime de produção com base na grande propriedade fundiária predominou inteiramente. Os antigos tro-

(49) MARX, K. O capital. Vol. I, 1977.

(50) CABRAL, O.R. A campanha do contestado, Fpolis, Lunardelli, 1979, p. 89-93.

peiros, transformados em fazendeiros, dedicavam-se de corpo e alma à criação de animais, especialmente de gado vacum, de forma extensiva. "Somente a conservação e reprodução do latifúndio, medido em milhões de campos, (51) permitia o desenvolvimento desta atividade econômica", explica o historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral. (52) Dessa forma, as zonas de campos foram transformadas em áreas de pastagens para a reprodução do gado. E a aristocracia rural, detentora desta situação econômica, fazia uso das suas potencialidades econômicas e também políticas.

O latifúndio na região do planalto catarinense, tal como se desenvolveu no Brasil em geral, realizou-se às vezes por meios violentos, (53) outras vezes, através de políticas de distribuição de terras desiguais. Entre estas, destacam-se, em especial, a concessão de sesmarias e a Lei de terra de 1850.

(51) Unidade de medida local, usada na compra e venda de terra. Por um milhão de metros quadrados de área de campo.

(52) CABRAL, O. R. Op. cit., 1979, p. 198. Segundo esse autor, quem, na região serrana, tinha menos de três ou quatro milhões de campo não tinha condições de estabelecer-se como criador.

(53) São muito comuns as histórias de expulsão de trabalhadores da terra pelos antigos grandes fazendeiros da região. A violência foi, sem dúvidas, um dos meios utilizados pelos donos do poder para resolver questões de terra. Pistoleiros eram contratados para eliminar os desafetos do patrão. Conforme Caio Prado Júnior, "cada fazendeiro, no Brasil, possuía seus próprios capangas que, fora das tocaias, exerciam o trabalho de peão, geralmente nada mais recebendo do que casa, comida, montaria e roupas". PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 51-71.

Com relação às sesmarias, Sadomi Iura diz:

"A forma de ocupação territorial (do planalto catarinense) foi a concessão de sesmarias (...) Não obstante a limitação legal, de conceder para cada sesmaria, o que equivalia a uma propriedade de 108 milhões de metros quadrados, os protegidos do governo obtinham áreas bem superiores, que chegavam a ter até 35 sesmarias". (54)

O papel que desempenhou a concessão de sesmarias na formação das fazendas do município de São Joaquim, em especial, ficou evidenciado através do relato do antigo vigário da paróquia deste município, Pe. João Batista Viécile, que diz:

"... Pelo ano de 1755 a 1765, chegou à fazenda de Pelotas, vindo de Santo Antonio da Patrulha, o Sr. Manoel da Silva Ribeiro, com dois filhos menores, Inácio e Pedro da Silva Ribeiro. Manoel tinha obtido, por requerimento, a celebre sesmarias do pelotas, cujos limites são os seguintes: começando na barra do rio Pelotas com o rio das Contas, subia para este último até à barra do rio Tijucas, seguindo até a sua cabeceira, passando a divisa perto da casa onde mora atualmente a família de Manoel Cândido e daí até à serra (...). Segue a serra até encontrar a cabeceira do rio Cachoeirinha e deste ponto por uma linha reta até encontrar a barra do rio Negreiro com o porteira. Sobe pelo negreiro até a barra de um riacho que nasce na tapera do padre José Carlos, seguindo o divisor das águas até a nascente do Mantiqueira, e, deste rio abaixo, até o Pelotas e daí ao ponto de partida". (55)

(54) IURA, Sadomi. Lages e a sua economia. Lages, editora 1977, p. 21

(55) VIÉCELI, João Batista, citado por RIBEIRO, Eneidino B. Op. cit., p. 43-44.

Depois de descrever sobre a origem e os limites da fazenda do Pelotas, comenta sobre sua extensão territorial em termos de milhões de campo:

"Uma bagatela com mais de 450 milhões de campos" (56)

Além da fazenda do Pelotas, entre o século XVIII e XIX foram instaladas outras fazendas no município de São Joaquim, como as aqui citadas: a fazenda do Socorro, pertencente a Manoel Bento Rodrigues e João da Silva Ribeiro; a fazenda águas buenas, de Fermino Rodrigues; a fazenda Rom Sucesso, pertencente a família Souza.

No planalto serrano, os chamados fazendeiros, os criadores de gado e de outros animais chegaram a possuir centenas de milhões de campos pela via do regime sesmeiro. Entretanto, as concessões de sesmarias, no Brasil em geral, consistiam numa política de distribuição desigual, por meio da qual apenas os que tinham poder econômico e boas relações com o governo dispunham da capacidade de adquirir grandes áreas de terra. A elaboração da Lei da terra de setembro de 1850, que dispunha sobre as concessões de terras devolutas, não contribuiu para mudar essa situação, uma vez que extinguiu o princípio da doação e fortaleceu o da compra. (57) Com isso, acabou beneficiando aqueles que dis-

(56) Ibidem, p. 43-44.

(57) IANNI, O. Origem agrária do Estado brasileiro, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 175.

punham de recursos econômicos e privilégios políticos e dificultando, no plano real, o acesso à terra por parte da maioria da população rural. Na verdade, essa medida legal foi formulada no sentido de "dificultar o acesso à terra por parte de ex-escravos, camaradas, imigrantes, colonos, oradores e outros". (58). Assim, o trabalhador agrícola brasileiro foi posto à margem do sistema produtivo, ou incorporado a ele apenas como força de trabalho, como fator de produção pelo e para o capital. Como explica Marx, a separação do trabalhador rural da terra, dos meios de produção, é uma condição necessária para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. (59)

No contexto da região serrana catarinense, em particular, os efeitos dessa Lei da terra são visíveis. De um lado, desenvolveu-se uma pequena parcela da população com base no monopólio da terra e, de outro lado, desenvolveu-se uma grande maioria, despossuída, e, portanto, dependente da aristocracia rural formada pelos grandes fazendeiros. Oswaldo Rodrigues Cabral bem define esta situação quando escreve que um pobre peão criado na fazenda, que alcançava a vida adulta sem economia própria, vivendo à exploração e dominação do senhor fazendeiro, comendo de suas despesas, mas não participando de sua fortuna, jamais poderia conseguir terras por semelhante processo. (60)

(58) Ibidem, p. 175.

(59) Ver: MARX, K., O capital, Vol II, 1987.

(60) CABRAL, O. R. Op. cit., 1979, p. 93-94.

No regime político da República, regime este instituído a partir de 1889, o processo legal de distribuição de terras não sofreu mudanças; a transferência das terras públicas do Governo Central para os Estados foi mais uma medida de ordem política e econômica, que visava, sobretudo, a conservação e reprodução do latifúndio. Os coronéis que detinham o domínio, o controle político dos Estados, mantinham a liderança política junto às suas bases, tendo por referencial, a distribuição das terras, por custo baixos, pelos seus chefes políticos locais. (61)

Neste sentido, os caboclos serranos ficaram excluídos do acesso à terra e, na ausência de outras condições de vida e de trabalho, transformaram-se ou em peões de fazenda, ocupados especialmente no trabalho com as atividades da pecuária extensiva ou, então, em roceiros, dedicados à produção agrícola, principalmente, de caráter de subsistência, com base no minifúndio. Estas duas formas básicas de exploração não se encontram justapostas, mas inter-relacionadas, servindo a exploração cabocla (camponesa) como reserva de mão-de-obra barata para o latifúndio. Nesse sentido, as terminologias Latifúndio-minifúndio representam uma polaridade, uma estrutura na qual o elemento social é o monopólio da terra. "A minoria que concentra os recursos básicos para a produção (terra e outros) estabelece progressivamente um controle sobre todos os meios de produção, tais co-

(61) Ver: QUEIROS, M.V. Messianismo e conflito social. São Paulo, Ática, 1977.

mo: crédito, maquinaria, insumo etc." (62)

4.2. Peão e Roceiro: Dois Mundos do Trabalho Dependente

Se por um lado o caboclo peão e o caboclo roceiro tem uma mesma origem, por outro, o tipo de trabalho e as relações de produção são diferentes. As relações de produção nas quais estavam inseridos os peões não se identificavam com as existentes no mundo do trabalho dos roceiros que consistia, basicamente, na produção de subsistência. Sobre o caboclo roceiro assim se manifesta Ari Martendal:

"O caboclo roceiro produzia, com sua família, o indispensável para o seu consumo, cultivando precariamente sua terra, criando alguns animais; completava sua alimentação através da caça e da pesca e da colheita de alguns frutos silvestres (especialmente o pinhão). Para o seu trabalho e suas lides, utilizava-se de instrumentos rústicos, grande parte de seu próprio fabrico. Era avesso à expansão econômica, porque não havia estímulo para tal. Parte de sua produção, o excedente, era comercializado e o resultado de suas vendas era utilizado na aquisição daqueles bens que ele não produzia. Na maioria das vezes, a unidade monetária era apenas referência para os valores de troca, já que a finalidade de seu comércio não era a obtenção de moeda. As relações de produção atingiam apenas os membros: estas necessidades determinavam a quantidade de serviço, o tempo a ser ocupado e a forma de trabalho. A forma de trabalho, por sua vez, determinava o instrumen-

(62) PINTO, J. B. e outros. Reforma Agrária y desarrollo rural integral como estratégia de desarrollo rural. Reunion Anual del PRAÇA, 1976.

tal a ser utilizado, seu tipo, sua quantidade e sua qualidade. A maior parte deste instrumental era elaborado pelo próprio trabalhador, projetados de acordo com as condições ambientais" (63)

Já em relação ao caboclo peão, diz o autor:

"O caboclo peão distinguia-se por não ser o proprietário das terras onde trabalhava; por este motivo suas relações de produção eram diferentes. Sua produção era destinada ao fazendeiro, via de regra, apesar de, muitas vezes, possuir suas roças e até mesmo seus animais. Em troca de seu trabalho, recebia os produtos necessários à sua subsistência. Era empregado, mas não era assalariado..." (64)

A ausência de assalariados é uma característica desta primeira fase. A imensa maioria dos caboclos enquanto trabalhadores encontravam-se em outra situação. Os peões das fazendas de gado tinham na sociedade rústica do planalto "um lugar que lembrava mais a situação de escravos domésticos do que a condição de proletariado do campo". (65) Nas palavras de um dos comandantes do chamado "Movimento do Contestado", Fernando Setembrino de Carvalho, as relações entre o fazendeiro (patrão) e o peão (trabalhador) muito se assemelhavam às que deveriam existir entre escravos e senhor. (66)

(63) MARTENDAL, Op. cit. 1980, p. 55.

(64) Ibid., p. 66-67.

(65) QUEIROS, M. V. Op. cit., p. 48.

(66) CARVALHO, Fernando Setembrino. Relatório apresentado ao general de divisão João Caetano de Faria, Ministro da Guerra, 1915. Rio de Janeiro-Imprensa Militar, 1916, p. 225.

O caboclo de fazenda era, então, um servo? Bem, na verdade, não! Chamava-se peão, agregado, capataz. Por pior que fosse seu tratamento, o caboclo de fazenda possuía geralmente uma família, uma morada do tipo mais miserável, situada no espaço geográfico da grande fazenda, uma ou duas vacas de leite e uma rocinha plantada nas terras do latifúndio. Trabalhava longa e arduamente, (67) e percebia pelo produto do seu trabalho apenas o suficiente para uma vida miserável. Essa sua condição de pobreza era permanente, embora permanente fosse, também, a necessidade de sua existência, a fim de poderem ser reproduzidas e conservadas as relações produtivas do pastoreio.

Nas fazendas, o peão era submisso às regras econômicas e sociais que garantiam a existência da fazenda com a peculiaridade dos seus valores, padrões de ação e pensamentos específicos de um sistema de poder e domínio patrimonialista. Por meio deste sistema, o peão permanecia na fazenda, ali ficando, anônimo, nascendo, vivendo e morrendo na mesma quadra de terra; cuidando, a vida inteira, fielmente, dos rebanhos de animais, da produção que não lhe pertencia.

No que se refere à relação de submissão do peão de fazenda ao fazendeiro, Oswaldo Rodrigues Cabral escreve:

"Quando ocorria a vizinhança com os patrões, os filhos de uns e outros juntos brincavam, juntos cresciam e, ao se fazerem homens to-

(67) A jornada de trabalho do peão de fazenda iniciava bem antes do sol nascer e só terminava ao anoitecer. O horário quase sempre era regulado pelo sol.

dos passavam a ser respectivamente patrões e agregados (peão, capataz), como haviam sido seus pais unidos pelos laços da mesma solidariedade que, tendo começado no berço, só terminaria no túmulo". (68)

A fazenda, dessa forma, é concebida, não apenas como lugar central da produção, mas também, como a arena onde o trabalhador, na e pela sua experiência prática, aprende os conhecimentos e desenvolve as habilidades de seu ofício e, ao mesmo tempo, é transformado em um tipo de trabalhador, colaborador, dócil, obediente, solidário e responsável.

é neste sentido que, segundo Paolo Nosella, no interior das relações econômico-sociais patrimonialistas, o processo educativo do trabalhador "consistia, de um lado, no aprimoramento reiterativo das mãos que trabalham e, de outro, na repressão de qualquer movimento de criatividade humana que, por ventura e heresia, teimasse em descolar o corpo do homem trabalhador. Educar era sinônimo de repressão, pois equivalia a cortar qualquer asa dos trabalhadores para que não voassem para além, para longe do seu feudo". (69)

Assim, todos os atos de vida, de ação e pensamento do caboclo peão são atos de um indivíduo cuja existência, quer seja econômica, ou política e cultural, integra as dimensões da fazenda, da produção e das relações por ela engendradas. Nesse am-

(68) CABRAL, O. R. Op. cit., 1979, p. 89-93.

(69) NOSELLA, P. Trabalho-educação: do labor da escravatura ao labor da burguesia; do labor da burguesia à poíésis socialista, in GOMEZ, Carlos Minayo. Op. cit., p. 30-31.

biente predominam as relações face a face, relações pessoais de dominação e dependência. Por isso é que o fazendeiro era patrão, e, ao mesmo tempo, compadre. O sistema de compadrio, diga-se de passagem, desenvolveu-se como um sistema de normas que disciplinavam o trabalhador no sentido da manutenção e reprodução das relações produtivas e sociais dominantes, escamoteando as suas contradições. Dessa forma, "a existência cotidiana", (70) a experiência de vida prática do trabalho de peão não lhe permitiu desenvolver-se como cidadão e, assim, ganhar a consciência de responsabilidade com respeito ao encaminhamento de seu próprio destino. Longe de ser um trabalho no sentido de criação, o ofício de peão de fazenda era algo maquinal, que se definia pelas relações de dependência e opressão.

À parte à criação de gado pela via do latifúndio, desenvolveu-se ainda a pequena produção agrícola, (71) geralmente, pela beira dos rios e encostas de alguma serra. No pequeno produtor, o qual se convencionou denominar de "caboclo roceiro", através do processo histórico de sua formação, identificamos alguns elementos que o distingue, tornando-o um trabalhador com

(70) "A vida cotidiana é antes de tudo organização, dia a dia da vida individual dos homens (...) A vida de cada dia tem a sua própria experiência, a própria sabedoria, próprio horizonte, as próprias previsões, as repetições..." (KAREL, K. Op. cit., p. 69.)

(71) Maiores informações sobre o pequeno produtor da Região Serrana catarinense, particularmente do município de Curitiba-nos, ver BELTRAME, Sônia Maria Branco. A educação dos que vivem a resistência 1949/1987. Um estudo com pequenos produtores sem terra, no município de Curitiba-nos. Florianópolis, UFSC, 1991 (Dissertação de Mestrado)

algumas características diferentes em relação ao "caboclo peão" de fazenda. Essas características, ou elementos estão intimamente relacionadas com as relações de produção material da vida.

Assim, é possível diferenciar o caboclo roceiro do caboclo peão, através das seguintes características:

- Em primeiro lugar, a unidade de produção, trabalho e consumo do roceiro, estão intimamente associados à família ou grupo doméstico. A produção de alimentos como cultivo de cereais e a criação de animais, assim como o preparo desses produtos para o consumo doméstico, constituíam atividades diárias da família do caboclo roceiro. Este, com sua mulher e filhos dividiam entre si as tarefas simples da produção no cotidiano do mundo do trabalho. No processo de trabalho, diferente do caboclo peão, era o roceiro quem decidia sobre o que produzir. Neste, o tempo e o ritmo de trabalho raramente eram sacrificados à satisfação de necessidades não elementares, seja porque elas quase não existiam, seja porque se renunciou a satisfazê-las a esse preço. (72)

- Em segundo lugar, em consequência da primeira, o caboclo roceiro produzia, principalmente, bens para seu próprio consumo sendo que a margem de excedente, geralmente em pequena escala, era trocada no mercado. Entretanto, a regra geral, é que o processo de trabalho não se reduz, nem está submetido à opera-

(72) Sobre a questão do mundo do trabalho relacionado à economia de subsistência, ver ENQUITA, M.F. A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

ção da produção em larga escala, da lei que determina o valor com base na troca, do lucro, que constitui a força coercitiva da competição que administra o processo de trabalho em termos da maior produtividade.

- Em terceiro lugar, vivendo quase exclusivamente dos produtos da terra, que não era sua por direito legal, mas, do grande fazendeiro, o roceiro não a controla e, muitas vezes, não tem acesso ao capital. Assim, desvinculado do controle da terra e explorado em seus excedentes, o trabalhador não criou as condições de acumulação necessárias para tornar-se um tipo autônomo, independente. Pelo contrário, a tendência foi transformar-se em trabalhador dependente do latifundiário.

Neste sentido é que a relação patriarcal existente entre o grande proprietário e o pequeno produtor sem terra conferia ao primeiro, o poder de domínio, não apenas econômico, mas também, político e cultural. A terra constitui-se, portanto, em um vínculo real, mantendo o trabalhador da roça submisso às regras daqueles que detinham a hegemonia.

De acordo com as observações e os relatos de Teofilo de Mattos, no município de São Joaquim, jamais um trabalhador, seja da roça, seja da fazenda, desobedecia às ordens do fazendeiro o qual, por sua vez, tratava de manter a sua posição de prestígio econômico, político. O fazendeiro, chefe político local, era respeitado; por onde passava o povo o cumprimentava com

o chapéu na mão. (73)

Essa atitude de respeito e obediência mostra que o mundo do trabalhador da roça, bem como o mundo do trabalhador de fazenda, na verdade, é um mundo incompleto, uma vez que admite, de forma natural e evidente, a existência da estrutura geral (política, econômica, cultural, etc.) à base sob a qual se assenta a hegemonia da classe dominante...

Trata-se, portanto, de relativizar o pensamento e a prática que atribuem ao peão e ao roceiro a categoria de trabalhadores independentes. Conforme registrou Tito Carvalho se, por um lado, o grande fazendeiro era homem de grande fortuna, de grande prestígio político, de ar decidido e passos firmes, por outro, o trabalhador era homem "pobre", que tinha no andar os passos lerdos de boi carreiro; era meio maquinal, aceitador passivo das coisas como vinham, fossem elas boas ou más. (74)

4.3. Educação e Domesticação do Trabalhador no Contexto da Hegemonia da Oligarquia Rural Serrana

O processo educativo do peão e do roceiro do planalto catarinense nasceu e desenvolveu-se excludente das relações educativas do tipo escolar. Ele é, evidentemente, o resultado da

(73) MATTOS, Teófilo de. Entrevista concedida ao autor. Na cidade de Florianópolis, em 20 de julho de 1989.

(74) CARVALHO, Tito. Vida Salobra. Florianópolis, Acadêmica, 1963, p. 46.

experiência prática do trabalhador no interior da produção e das relações sociais de produção. Desde muito cedo, ainda em sua infância, o trabalhador da fazenda (peão), assim como o trabalhador da pequena lavoura (roceiro), é integrado, efetivamente, no mundo da produção e nas relações sociais dele decorrentes. Ao mesmo tempo que o trabalho produtivo desempenha um papel fundamental no processo de socialização-educação destes trabalhadores, ele desenvolve, também, conhecimentos e técnicas que o capacitam para a realização das tarefas produtivas vinculadas ao seu ofício.

Com relação à aprendizagem do peão de fazenda do município de São Joaquim, na e pela sua experiência prática no interior da própria produção, Teófilo de Mattos assim se manifesta:

"O que mais me chamava atenção era os recursos e a criatividade que o peão joaquinese empregava no seu ofício, nas lidas com o gado criado no campo, solto (...). O peão aprendia a laçar o gado já desde pequeno, e quanto mais treinava mais habilidade adquiria (...). Assim, muitos peões, na região, eram conhecidos pela sua destreza na arte de laçar o gado". (75)

O ofício de peão não se restringia apenas à tarefa de laçar os animais no campo, criados ao Deus-dará. Na verdade, cada peão, bem como cada trabalhador de roça, devia estar apto para executar todo um ciclo de trabalhos e preparado para fazer

(75) MATTOS, Teófilo de. Entrevista concedida ao autor em 20/07/1989.

tudo o que pudesse produzir com suas ferramentas rudimentares. Cada um que quisesse tornar-se conhecido pelo seu trabalho deveria dominar inteiramente seu ofício, fato este decorrente da própria condição de vida e de trabalho, marcada por um intercâmbio restrito, pela frágil comunicação entre campo-cidade, pela escassa densidade da população e pelas necessidades exíguas. Assim, além de laçador, o peão era conhecedor das doenças dos animais, "um verdadeiro veterinário do campo"; era "taipeiro" (construtor de cercas de pedras), era domador, e muito mais ainda. Dessa forma, o peão estava completamente absorvido por seu trabalho, com o qual mantinha uma relação quase servil e ao qual estava muito mais subordinado do que o trabalhador moderno, "para o qual seu trabalho é indiferente". (76)

No processo de trabalho pastoril e roceiro, não é a autoridade burocrática que prevalece mas, a autoridade paternalista, através da qual o trabalhador é preparado para a aceitação das relações de dependência pessoal e de serviços mútuos com o senhor da terra, da política, da cultura, dos costumes e das tradições.

É neste sentido que o processo educativo, vinculado à formação histórica dos caboclos humildes, só pode ser devidamente compreendido à luz das determinações não somente econômicas mas também, políticas e culturais. Estes elementos existem interligados e constituem a base sob a qual se assenta a hegemonia

(76) MARX, K. A ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1987, p. 81.

da oligarquia rural, para a qual o monopólio da terra assegurou o poder de domínio do tipo patrimonialista. O saber do peão e do roceiro produz-se dentro de relações sociais determinadas e, portanto, assume a marca dos interesses dominantes.

Entre as relações educativas de preparação e socialização dos caboclos no sentido da sua submissão e aceitação das relações de dependência pessoal, destacou-se, em particular, o sistema de compadrio e a política do coronelismo.

O sistema de compadrio desenvolveu-se como mecanismo de controle e dominação dos trabalhadores pelos latifundiários. Através desse sistema, a classe dominante mantinha a sua hegemonia escamoteando, ocultando as contradições entre as forças produtivas e a miséria social. Entre patrões e trabalhadores, criava-se uma relação de dependência pessoal de favores mútuos, consubstanciado que estava nos interesses reais do mais forte, econômica e politicamente.

"A relação de compadrio era outra forma de suavizar as diferenças sociais e econômicas e de legitimar a autoridade do coronel. O coronel, padrinho, tem compromisso de dar proteção ao afilhado; o afilhado, tem a obrigação de respeitar e seguir o padrinho. Entre os compadres a relação é de dar e de receber e transmitir homenagens. A relação é de igual para igual, forma requintada de exercício de dominação". (77)

Dessa forma, repetindo o que já sublinhamos anterior-

(77) MUNARIN, A. A praxis dos movimentos sociais na região de Lages. Florianópolis, UFSC., 1990, p. 28. (Dissertação de Mestrado)

mente, o sistema de compadrio fortalecia, única e exclusivamente, a autoridade patriarcal, aumentando, assim, as suas práticas de exploração e, ao mesmo tempo, escamoteando as suas contradições entre infra-estrutura e superestrutura.

Além de patrão, padrinho e/ou compadre, o latifundiário era ainda o grande chefe político local, o conselheiro, o fiador. "Os trabalhadores só aprendiam alguma coisa e obtinham algum conhecimento através do grande fazendeiro, que era também o coronel de liderança humana, política e econômica". (78) Assim eram os grandes latifundiários:

"Grandes chefes políticos, gente de grande brilho e respeito. Auxiliador do povo: distribuía remédios e alimentos; dava serviço e conselho. O cidadão que morava no campo só recebia informações por meio dos coronéis, que recebiam jornais e as comunicações de fora da região". (79)

Através deste relato, observa-se que a formação histórica dos caboclos se insere, fundamentalmente, no quadro das relações de poder e de domínio patrimonialista. Os resultados educativos engendrados pela relação patriarcal constituem ainda, no momento atual, embora em menor grau, uma realidade de fato na ação e no pensamento dos trabalhadores da região em estudo. conforme explica Antonio Munarin, os resultados culturais dessa forma de apropriação e de relação "se fazem presentes ainda hoje

(78) MATTOS, T. Entrevista concedida ao autor, na cidade de Florianópolis, em 20/07/1989.

(79) Ibidem.

com nitidez, quando são propostas práticas de transformações da estrutura vigente". (80)

Em relação ao coronelismo, assim como ocorreu em todo o Brasil, em geral, também no planalto serrano catarinense este foi um fenômeno do cenário político que se realizou com base na reunião dos meios de produção e, em especial, da terra, em mãos de um grupo reduzido, o qual passou a formar a chamada "oligarquia rural". (81) Esse fenômeno oligárquico, na região, estendeu-se para além dos anos 30 que define, no Brasil, o tempo do início da desestruturação deste sistema político.

Analisando a história real, constatamos, ainda, que a oligarquia rural serrana serviu-se, e muito, do aparelho escolar, (82) da cultura sistematizada e elaborada para preparar os seus intelectuais tradicionais, os quais eram, geralmente, os seus próprios filhos. E foram esses intelectuais tradicionais, vinculados organicamente à classe dominante, que pensaram e de

(80) MUNARIN, A. Op. cit., p. 27.

(81) Entre os grandes latifundiários e chefes políticos locais, destacaram-se: Em São Joaquim: Cesário Amarante Ferreira, fortunato de Oliveira, João Batista Ribeiro; Em Lages: Vidal Ramos Júnior, que foi considerado pela historiografia regional o grande patriarca, o ramo principal da oligarquia maior do Estado catarinense: a oligarquia Ramos.

(82) Maiores informações sobre as instituições de ensino das quais se serviam os filhos dos fazendeiros abastados da região e ainda alguns ricos comerciantes, já discorreremos na introdução do presente estudo. Dessa forma, pensamos que seria desnecessário repeti-las aqui. Nas imediações geográficas da fazenda inexistente, praticamente, a escola para os trabalhadores peões e roceiros, os quais se educam e se fazem homem no interior da própria produção e das relações sociais de produção.

cidiram pela classe trabalhadora explorada, expropriada econômica e socialmente. Julgaram-se, eles, na condição histórica de seus interesses particulares, como verdadeiros interpretes das necessidades reais e dos interesses econômico-sociais, políticos e culturais dos trabalhadores. Conseguiram impregnar, dessa forma, através da sua visão de mundo, da sua ideologia, dos seus valores morais, da sua cultura e tradição, todo o modo de vida dos caboclos simples da região, o seu pensar e o seu agir. Neste sentido, a visão de mundo da oligarquia rural, dentro do espaço e do tempo histórico por nós estudado (do século XVIII até 1950), transformou-se em senso comum. Logo, os trabalhadores, caboclos, inseridos nesta realidade econômico-social e cultural, participam, então, de uma visão de mundo que não lhes pertence. Isto é, não corresponde aos seus interesses e à sua função histórica enquanto indivíduos que integram historicamente a chamada classe trabalhadora. Daí buscarem estes, na religião, o que, na verdade, lhes era negado naquela esfera, outras coisas mais que constituem direitos fundamentais de todo ser humano.

Nesta perspectiva de análise histórica da formação do processo educativo dos caboclos peões e roceiros, não nos causa estranheza o fato de que estes trabalhadores traduziam, em sua conduta e em seu estilo de viver, uma forma resignada de aceitar todas as coisas como vontade das determinações de um ser supremo, para o qual respondiam com a palavra, ou melhor, com a expressão: "Deus quer assim, assim seja". Este fatalismo é, portanto, fruto, não de uma condição natural, mas, de uma construção histórica e social. Ele é, evidentemente, o resultado da si-

tuação real de vida dos trabalhadores, marcada que era pela relação de dependência econômica e pela sua vinculação com o projeto de sujeição/dominação do trabalho pelo capital, representado por aqueles que detinham a hegemonia. Nesse sentido, pode-se inferir que o fatalismo é um mal para os trabalhadores, porque os mantém na condição de subalternos, de indivíduos que interpretam a sua vida e a sua história como predestinação.

Por outro lado, a religião, abstraindo o seu caráter fatalista, é, ao mesmo tempo, um instrumento de resistência, uma forma de protesto, em particular, de maneira indireta dos trabalhadores, contra a exploração, a dominação e a opressão do capital. Por trás da aparente resignação que acompanha a reza, a procissão, a romaria e o movimento messiânico, está, na explicação de Ianni, o descontentamento dos trabalhadores face às condições presentes da vida. Esse descontentamento tende a manifestar-se de modo inesperado, quanto mais difíceis se tornarem as condições sociais e econômicas de existência. (83)

É neste sentido que Douglas Teixeira Monteiro definiu o "catolicismo rústico" dos caboclos como uma "impregnação religiosa da vida cotidiana", (84) no qual o elemento sagrado e o

(83) IANNI, O. Origens agrária do estado brasileiro. 1984, p. 123. Maiores informações sobre a religião como forma de resistência entre os caboclos do planalto catarinense ver: QUEIROZ, M. I. O movimento messiânico do Contestado. 1957; QUEIROZ, M. V. Op. cit.; MONTEIRO, Douglas T. Os errantes do novo século. 1974; CABRAL, O. R. João Maria, interpretação da campanha do Contestado. 1960; AUREAS, Marli, Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla, Fpolis, UFSC, 1984.

(84) MONTEIRO, D. T. op. cit., p. 81-84.

elemento profano existem interligados e não separados. Daí, o aspecto festivo da religiosidade dos caboclos serranos com muitas procissões, promessas, rezas, cantorias, fandangos, leilões, jogos e bebedeiras. Segundo Frei Rogério Neuhaus, os caboclos que quase não reconheciam a recepção dos santos sacramentos, da confissão e da comunhão, só acorriam à santa missa, aos domingos quando havia festa, "não para rezar, mas para se divertirem" (85) As festas religiosas representavam, dessa forma, um fator de socialização dos trabalhadores roceiros e peões, uma vez que o isolamento das vilas rurais, das casas roceiras e das fazendas, reduzia o seu grau, o seu potencial de sociabilidade. As próprias condições de trabalho e de vida do peão e do roceiro, marcadas pelo intercâmbio restrito, pela frágil ligação entre campo-cidade, pela escassa densidade da população e pelas necessidades limitadas, não permitiam, em absoluto, um maior desenvolvimento do potencial de sociabilidade destes trabalhadores.

(85) SINZIG, Frei Pedro. Frei Rogério Neuhaus. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1939, p. 81-83.

5. SEGUNDA FASE: A INTEGRAÇÃO DO CABOCLO JOAQUINENSE NA INDÚSTRIA CAPITALISTA DA MADEIRA

A partir dos anos de 1950, com o moderno processo de industrialização da madeira, o qual se convencionou chamar, na história econômica regional, de "ciclo da madeira", a formação do caboclo joaquinense para o trabalho entra numa nova fase. O caboclo, educado que era até então de acordo com a lógica do tempo, regulado pela natureza e cujo trabalho (em particular do caboclo roceiro) era indissociável de seus fins e, como consequência, da vida mesma em seu conjunto, passa, agora, a ser integrado em um tempo novo, uma nova temporalidade, um novo tempo social, tempo coletivo, determinado pela lógica vinculada ao processo capitalista de trabalho. Este é, sobretudo, realizado sob a supervisão, direção e controle do capitalista que compra os meios de produção no mercado, o mesmo acontecendo com a força de trabalho, e os produtos resultantes são propriedade dele, e não dos produtores imediatos. Esse processo de trabalho é simplesmente um processo entre coisas que o capitalista comprou e, portanto, os produtos desse processo lhe pertencem.

Na indústria capitalista da madeira (serraria), todas as relações pessoais de dependência e dominação, características da produção e das relações sociais relacionadas à fase anterior

do processo educativo dos peões e dos roceiros, são dissolvidas pela lógica do dinheiro, por intermédio do qual diferentes proprietários de mercadorias relacionam-se entre si apenas com base na compra e venda, confrontando-se mutuamente no processo de produção como capital e trabalho. A máquina torna-se o fator ativo no processo de trabalho, impondo ao trabalhador, ex-peão de fazenda e ex-roceiro da pequena lavoura, tarefas contínuas, uniformes e repetitivas, que exigem a imposição de uma disciplina fabril rigorosa. Todos os aspectos de vida dos trabalhadores são controlados no sentido de suprimir e, até mesmo, de destruir os hábitos e os costumes ligados às formas anteriores de trabalho. Desta forma, objetiva-se criar o "novo trabalhador", adaptado às novas condições de vida e de trabalho.

Portanto, nesta segunda fase de estudo do processo educativo dos caboclos enquanto trabalhadores assalariados, é nosso objetivo analisar este processo, na forma que ele assume, sob as condições capitalistas de produção, representadas pelas indústrias extrativas da madeira. A fazenda e a roça deixam de ser agora, as arenas principais da produção e das relações sociais vinculadas à educação e à formação do caboclo para o trabalho. Esta ocorrerá, daqui para a frente, até praticamente o final dos anos de 1970, no interior das relações produtivas das indústrias da madeira e será interligada de maneira particular aos interesses e às necessidades reais dos empresários madeireiros, sedentos, sempre, de obterem das florestas de pinheiros, de seus trabalhadores e das suas máquinas, a maior produtividade e o máximo de lucro possível.

5.1. A Exploração dos Pinhais no Planalto Norte Catarinense: Uma Experiência Capitalista

Uma das primeiras experiências capitalistas de extração industrial das matas de araucárias (pinheiro brasileiro), ocorreu, no transcorrer das primeiras décadas do século atual, no planalto norte catarinense, no chamado vale do rio do Peixe⁽⁸⁶⁾. Essa extração industrial foi empreendida pela Souther Brazil Lumbert and Colonization, responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul e que instalou uma moderna indústria de extração da madeira no município de Três Barras.

Sobre o processo de extração dos pinhais e da produção da madeira levado a efeito pela indústria Madeireira vinculada a Lumbert, escreveu Maurício Vinhas de Queirós:

"Todas as operações (que iam desde a coleta das toras no interior da floresta, a derrubada das árvores, o descascamento das toras, desdobramento e armazenagem) eram feitas de modo sistemático e mecanizado (...). Cerca de 300 metros cúbicos de madeira eram ali serrados diariamente (...); em dez horas de trabalho cortavam-se 1.050 dúzia de tábuas"⁽⁸⁷⁾

(86) O Rio do Peixe nasce no planalto norte do Estado de Santa Catarina e corre na direção do sul, desembocando no rio Uruguai. "Seu vale era rico em pinhais e, segundo testemunhas, os melhores pinhais do Estado" (MARTENDAL, 1980:41).

(87) QUEIRÓS, M. V. Op. cit., p. 74.

Frente a este processo moderno e sistemático de industrialização da madeira, os pequenos serradores locais e por muito tempo ali estabelecidos, viram-se forçados a fechar seus engenhos de serra, uma vez que tiveram a saída dos seus produtos fechadas. (88)

No entanto, as consequências geradas pela moderna indústria madeireira de origem e de capital estrangeiro foi mais ampla, não atingindo apenas os pequenos empresários de engenhos de serra mas, afetando, também, os pequenos trabalhadores do campo ou da roça, geralmente vinculados à produção de subsistência. Estes trabalhadores viviam na condição de posseiros, extraindo de um pedaço de terra o seu modus vivendi. Com a chegada da Companhia colonizadora, foram forçados à abandonar suas terras -- circunscritas à margem do traçado da estrada de ferro -- por causa da concessão de uma faixa de 15 Km. de cada lado da ferrovia à essa companhia. Nem sempre tal concessão, que trazia como consequência a desapropriação das terras pela companhia, era aceita pelos caboclos de forma meramente pacífica. Houve vários casos de resistência dos trabalhadores lesados, os quais eram tratados com o emprego da força e da repressão pelo aparato policial criado pela própria indústria. Isto é, a companhia criara um esquema estrutural para reprimir e persuadir os trabalhadores a abandonarem as terras, à força. Desta forma, na perspectiva do caboclo da roça, a terra deixava de ser a principal

(88) SALVADOR MENDONÇA, A situação internacional do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1913, p. 21.

fonte da qual tirava o sustento básico para a família para, então, tornar-se em objeto comercial entre os especuladores capitalistas. Estes, munidos de títulos de propriedade trataram, de imediato, de executar as desapropriações.

Em relação à história da desapropriação das terras dos caboclos do planalto catarinense ocorrida nas primeiras décadas deste século, pela introdução do capital estrangeiro na região, escreve Oswaldo Rodrigues Cabral:

"Não foi um, nem foram alguns, mas muitos os que se viram obrigados a tomar o rumo ignorado do sertão para esconder a sua miséria. A vida áspera do pastoreiro foi trocada por uma outra ainda mais dura: a do intruso (...).

O sertanejo humilde, que se instalara nas terras devolutas à margem do Rio do Feixe, buscando encontrar trabalho para subsistir com sua prole (...), ali fixado, viu-se expulso das terras que ocupava e sobre as quais construía seu rancho". (89)

No tocante à transformação dos ex-trabalhadores peões e roceiros em marginais ou em ocupados aos diversos ofícios manuais, diz ainda o autor:

"Uns buscavam serviço nas fazendas, outros deixavam as terras e se fixavam nas proximidades das vilas como jornaleiros e que passaram a dedicar-se a certos ofícios manuais. Muitos ainda, marginais (...), passaram a viver do trabalho ocasional, fosse qual fosse, mesmo empreitadas..." (90)

(89) CABRAL, O. R. Op. cit. 1979, p. 94-103.

(90) Ibidem, pag. 103.

A expropriação das terras devolutas primeiro, em função da pecuária extensiva e, segundo, em favor do capital estrangeiro, agravou a situação dos caboclos de tal modo que, estes, sob a liderança de alguns religiosos, organizaram movimentos de lutas contra as formas de dominação, sobretudo, contra a política de privilégios de distribuição das terras. Política esta, que vinha escorraçá-los daquilo que entendiam ser um bem comum, um direito natural.

Exatamente sobre esta questão, Demerval Peixoto reproduz a fala de um caboclo, na qual fica manifesto o seu sentimento de revolta contra as medidas do governo da República que facilitava a aquisição da terra pelo capital estrangeiro:

"O governo da República toca os filhos brasileiros dos terrenos que pertencem à nação e as vende para estrangeiros, nós, agora, estamos disposto a fazer prevalecer os nossos direitos". (91)

Assim, pode-se entender que o surgimento da classe dos assalariados na região do planalto catarinense, ainda no decorrer da primeira metade do século atual, foi decorrente da pene-

(91) PEIXOTO, Demerval, Campanha do contestado, Rio de Janeiro, Episódio e Impressões, 1916, p. 74. Ainda para maiores informações sobre a questão da instalação da propriedade privada no planalto catarinense, ver: SILVA, Rosângela C. Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da Brazil Railway Company no meio-oeste catarinense), Florianópolis, UFSC, 1983 (Dissertação de Mestrado).

tração das relações de trabalho, das relações sociais capitalistas. Esta classe era formada, em grande parte, pelos caboclos da própria região, os quais, através de um processo histórico, já haviam sido transformados em trabalhadores sem terra, sem outros meios de produção. Conforme definiu Guido Wilmar Sassi, "expulso da terra; ao caboclo da região restou um único caminho a seguir: ser operário da Companhia inglesa". (92) Esta teve o mérito de introduzir, na região, possivelmente pela primeira vez, em graus antes desconhecidos, relações de trabalho que representaram uma inovação. (93)

5.2. A Exploração do "Pinheiro Brasileiro" no Sul do Planalto Catarinense: da Economia de Subsistência à Economia de Mercado

No item terceiro deste estudo, ressaltamos que os recursos naturais na atual região da AMURES influenciou, em parte, o desenvolvimento das atividades econômicas locais. De um lado, os campos propiciaram a criação de gado em regime extensivo e, de outro lado, as florestas de araucárias a partir dos anos 50, condicionaram o desenvolvimento da indústria capitalista da madeira.

No final da primeira metade deste século, a exploração

(92) SASSI, Guido Wilmar. Geração do deserto. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 13.

(93) Ver MONTEIRO, Douglas T. Op. cit. 1974, p. 31-44.

do "pinheiro brasileiro" na região em estudo, teve a sua importância limitada ao nível da economia de subsistência e ao seu valor-de-uso. O homem de Cima-da-Serra extraiu a madeira durante muito tempo, pressionado pela necessidade de moradia, de construção de cercas, de pontes e balsas, de produção de lenha e outras necessidades mais. A exploração da madeira gerava, nessas condições, apenas valor-de-uso, indispensável na realização das necessidades mais elementares de sobrevivência dos habitantes da serra.

Com relação à economia de subsistência, relacionada à extração das reservas de pinheiros existentes na região no período anterior à instalação da moderna indústria da madeira, escreve Ari Martendal:

"Os pinheiros (...), tendo-se em vista a sua plasticidade como madeira, sempre foram utilizados na região em forma de rachões flaquejados ou até mesmo lascados (...) para a construção de cercas e outras bem feitas, ou em forma de pequenas táboas para a cobertura de galpões e até de residências, ou táboas maiores para a construção de paredes. Outras vezes, os pinheiros menores serviam para alinhamento de construção e de paredes". (94)

No período da economia de subsistência, a técnica utilizada pelo homem serrano para a extração da madeira era o machado e o serrote. Em seguida, introduziu-se, na região, na produção da madeira, o chamado engenho-de serra que veio então

(94) MARTENDAL, Op. cit., 1980, p. 52.

substituir o trabalho manual pela força hidráulica. Na operação de serrar a madeira, esta nova tecnologia representou um maior aperfeiçoamento nos instrumentos de produção. Conseqüentemente, gerou um maior aumento na produtividade da madeira, embora, diga-se de passagem, muito limitado em face à técnica ainda rudimentar, à simplicidade das instalações e, principalmente, pela restrita demanda. Assim, o homem serrano, através da produção de madeira que então obtinha, tinha, daí, condições de satisfazer basicamente, as suas necessidades mais imediatas. No seu modo de produção, mesmo sem o saber, estava criando apenas valor-de-uso e não necessariamente um valor-de-troca. (95)

Foi somente com o advento e o desenvolvimento das serrarias em substituição aos engenhos-de-serra e às outras formas de exploração, que a extração da madeira assumiu, no contexto da região estudada, o caráter capitalista em termos de produção, comercialização e relações de trabalho. E isto só foi possível, em parte, pela valorização da madeira que passou então a ocorrer quer seja no mercado nacional, quer seja no mercado internacional. Nesta perspectiva do mercado e da produção da mercadoria, o trabalho aparece como intercâmbio material não mais é feito como meio de subsistência mas, em especial, como meio de gerar lucro.

(95) Marx distingue na relação comercial - mercadoria - a existência de dois fatores: "valor-de-uso" e "valor-de-troca". Explica o autor: "quem com seu produto satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros...". MARX, O capital, Vol. I, 1987, pg. 47-48.

Em escritos sobre o município de São Joaquim(96) relativos ao ano de 1941, consta o relatório das serrarias ocupadas na extração da madeira, cuja produção dessas serrarias limitava-se a atender às necessidades básicas de consumo local. Nestes escritos, destaca o autor que "o grande número de pinheiros existentes são de moldes a perspectivar-se promissor provir"(97).

O previsto neste relatório tornou-se uma realidade de fato, poucos anos mais tarde, com a instalação de um número significativo de serrarias, ligadas ao processo industrial e comercial da madeira. Os empreendedores deste processo foram empresários, em geral migrantes e descendente de italianos,(98) provenientes, em sua maioria, do Estado do Rio Grande do Sul.

Sobre a descendência, procedência e determinadas características dos madeireiros, diz Teófilo de Mattos:

"O madeireiro geralmente era descendente de italianos do Rio grande do Sul (...). Sabia serrar e sabia fazer negócio".(99)

(96) RIBEIRO, Enedino Batista, Relatório - São Joaquim: notícia estatística-descritiva. Florianópolis, IGE, 1941, p. 41-42.

(97) Em relação ao número de pinheiros, segundo Enedino Batista Ribeiro, havia cerca de 10.970.000 pinheiros em todo o município de São Joaquim. Quanto à relação das serrarias existentes em São Joaquim e em 1940, ver Anexo nº 1.

(98) Sobre a descendência dos madeireiros rio-grandenses, ver ANEXO 2.

(99) MATTOS, Teófilo. Entrevista concedida ao autor na cidade de Florianópolis, em 20/07/1989.

Esses madeireiros riograndenses impuseram um novo ritmo no processo de produção e comercialização da madeira, introduzindo novas formas de relações de trabalho, em graus antes desconhecidos pela população trabalhadora local. Neste sentido, as serrarias empreendem e representam uma mudança, não somente em termos de economia, mas também, nas relações sociais em seu conjunto.

Teófilo de Mattos, através da sua fala, aponta, de uma maneira geral, para alguns fatores que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a instalação das indústrias da madeira na região serrana catarinense e, em especial, no município de São Joaquim:

"Falando dos pinheiros. Naquela época (antes de 1950) não se dava tanto valor ao pinheiro. Quando havia uma herança o sujeito não queria ficar com a parte da terra povoada por pinheiro. Então fazia-se assim, dava-se o dobro de terra para quem ficavam com a terra de pinheiro e menos para aquele que ganhava as terras de campo (...). Quando começou a exploração dos pinheirais, o pinheiro era muito barato. O gado era vendido em um ano e em outro não. Assim, o sujeito da serra estava sempre sem dinheiro (...). Neste tempo, começaram a aparecer os madeireiros, lá por volta de 1950 e começaram a comprar os pinheiros do pessoal. Então o sujeito fazia um dinheirinho que dava para comprar um carro". (100)

Além da existência da matéria-prima, e da falta de re-

curios financeiros por parte da população local, outros fatores mais também concorreram para a implantação e o desenvolvimento do moderno processo de industrialização da madeira na região do planalto sul catarinense, entre 1950 até o final de 1970. Entre esses outros fatores, destacam-se a valorização da madeira no mercado nacional e internacional e, sobretudo, a adoção de novas medidas políticas de desenvolvimento econômico no Brasil.

Trata-se, aqui, portanto, de estabelecer as relações econômicas e de analisar o processo de industrialização da madeira da região serrana catarinense, na dinâmica das diretrizes das políticas desenvolvimentistas. Políticas estas, traçadas, em particular, no curso da administração do governo Juscelino Kubitschek, entre 1956 a 1964.

No contexto da evolução sócio-econômica brasileira, o governo Juscelino Kubitschek representou o momento auge na história da industrialização do país possibilitando a transformação da estrutura do sistema produtivo, no sentido de expansão do modo de produção capitalista. Com base no chamado Plano de Metas do Governo, foram instaladas as indústrias automobilísticas, de construção naval, de material elétrico, de máquinas e equipamentos. Tudo isto convergiu para uma substancial ampliação do setor de bens de produção dentro do país. Também, na era Kubitschek ocorreu a expansão da siderurgia, da indústria de metais não-ferrosos, da química pesada, do petróleo, do papel e da celulose. Neste período, o Estado assumiu então um papel decisivo, atuando, não apenas como orientador do projeto desenvolvimentarista, mas também, intervindo diretamente na produção e propor-

cionando as condições básicas de infraestrutura, financiamento de projetos e de capital. (101)

Sobre esta questão das relações entre o Estado e a Economia, no governo de Juscelino Kubitschek, Ianni faz a seguinte observação:

"De fato, durante o governo de Kubitschek aprofundaram-se as relações entre o Estado e a economia. O poder público passara a atuar no sistema econômico, particularmente na industrialização e a impulsionar o setor privado". (102)

Toda essa política de favorecimento do capital (103) e de amplo estímulo ao processo de desenvolvimento industrial, repercute sensivelmente no desenvolvimento das regiões brasileiras, de um modo geral. No caso particular da região serrana catarinense, Antonio Munarin elabora algumas considerações gerais para explicar a incorporação da região na política desenvolvi-

(101) Segundo Otto Alcides Ohweiler, o modo de produção capitalista no Brasil, com o governo de Juscelino Kubitschek assumiu a dominação na base da formação social, na condição de um capitalismo monopolista triplicamente facetado: privado local, estatal e estrangeiro OHWEILER, Otto A. Evolução sócio-econômica do Brasil. Porto Alegre, Tchê Editora, 1987, p. 151. Maiores informações sobre o assunto, ver também CARDOSO, Miriam Limoeiro, Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK a JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

(102) IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 142.

(103) A política de favorecimento ao capital e de estímulo ao processo de desenvolvimento industrial não é uma exclusividade do Governo de Juscelino Kubitschek. Essa política encontra as suas marcas registradas já no governo de Getúlio Vargas.

mentista do governo JK bem como para enfatizar a influência desse governo no desenvolvimento do setor da indústria da madeira:

"É a indústria, definitivamente que passa a dar a tônica na divisão social do trabalho, na produção econômica nacional (...). Constrói-se a BR-116, que passa pela região serrana de Santa Catarina e a tira do isolamento (...). A madeira foi o elemento básico para a produção da região. Foi o elemento concreto do processo mercantil de âmbito nacional ao qual a região foi inserida". (104)

Ainda no decurso da década de 1950 até o final dos anos 70, de um modo geral foram sendo tomadas outras medidas (105) também vinculadas ao desenvolvimento do setor industrial madeireiro da região. Assim, o processo de extração industrial dos pinheiros, que foi facilitando a promoção de transformações de ordem econômica e social, foi impulsionado, em parte, pela política econômica desenvolvimentista e, ainda, por outros fatores mais de ordem interna da região. Neste sentido, pode-se assegurar que surge uma nova realidade histórica no campo econômico e social, marcada pelo aceleração das indústrias madeireiras - as serrarias - que concorreram decisivamente para uma

(104) MUNARIN, Antonio, op. cit., 1990, pag. 89-91.

(105) Entre outras medidas destacam-se: a instalação de agências bancárias, como Banco do Brasil, em 1952; Unibanco, em 1957. Também ocorre a construção de instituições de prestações de serviços na área da formação de pessoal, de preparação para o trabalho industrial e comercial, como o SE-SI, em 1953, SESC, em 1959, SENAC, em 1948. Essas instituições todas foram criadas em Lages, onde o processo de industrialização foi mais amplo.

rápida diferenciação na produção e nas relações sociais da produção, atraindo investimentos para o setor da madeira. Como mostra José Ari Martendal:

"O processo de industrialização, com o advento do sistema Tissot, sofre uma transformação significativa na década de 1940. Com efeito, o novo sistema, além de alterar toda a aparelhagem utilizada pelo engenheiro-de-serra, vem propiciar uma produção em larga escala, o que, aliado a outros fatores de mercado, desperta e incentiva investimentos no setor madeireiro, e foi a partir disto que a região serrana de Santa Catarina atraiu as atenções dos 'gringos do Rio Grande do Sul'". (106)

Com o fluxo econômico, as atividades de extração dos pinheiros tornaram-se, portanto, importantíssimas em virtude da valorização do preço da madeira no mercado e, principalmente, após a conclusão de estradas e outros meios de acesso que permitiram, com maior facilidade, o transporte desta matéria-prima para outros centros. Estas condições atraíram os investimentos que contribuíram para o desenvolvimento do setor econômico madeireiro, expandindo a atividade da serraria, unidade industrial com base no sistema de serra denominado Tissot. A serraria apresenta, assim, algumas diferenças básicas em relação ao engenheiro-de-serra no processo de produção da madeira. Estas diferenças

(106) MARTENDAL, Op. cit. 1980, p. 54.

podem ser observadas na descrição a seguir:

"A serraria (...) compreendia instalações mais amplas, utilizava energia a vapor onde a lenha era usada como combustível da máquina geradora de força (...). Todo complexo de instalações era abrigado por um imenso barracão. O barracão situava-se no assim chamado pátio da serraria (...). Todas as serrarias orientavam-se por um modelo padrão, quer no aspecto operacional, que no aspecto organizacional". (107)

É portanto neste movimento histórico, que a pecuária extensiva que antes ocupava o posto central (108) da produção e das relações sociais no contexto geral da sociedade serrana, aqui em estudo, deixa de ser a principal atividade econômica e social para dar lugar, a partir da segunda metade deste século, ao setor industrial da madeira. Assim, as serrarias passam a assumir a nova liderança.

5.3. Peões e Roceiros Rumo a Serraria

Com a industrialização hipertardia na região, conferiu-se às indústrias madeireiras ou, às serrarias, particularidades específicas, cujas influências se verificam na sociedade serrana em seu conjunto. Esta fase industrial se caracterizará

(107) Ibidem, e p. 55-61.

(108) Segundo Licurgo Costa de 1800-1880 só de raro aparecia na Câmara Municipal de Lages, pedidos de licença para explorar uma indústria. Isto se explica pelo fato da existência de muitas áreas de terras devolutas (COSTA, Licurgo Op. cit., p. 858-861).

por um novo ritmo no processo de produção da madeira, por atender à demanda de mercado interno e externo e por gerar novas relações educativas e mudanças no estilo de vida dos trabalhadores caboclos da região. Nesta segunda fase, os trabalhadores se colocam diante de novos bens de consumo, melhores habitações, novas formas de lazer e, principalmente, de novas formas de educação para o trabalho do tipo assalariado.

Em relação ao processo educativo, o caboclo que vinha sendo até então educado e formado na e pela experiência prática da pecuária e da pequena roça de subsistência tem, agora, de se adaptar às novas condições impostas pelo trabalho assalariado na serraria. A fala reproduzida a seguir, aponta para esta passagem:

"No chamado ciclo da madeira, foi assim: onde havia serraria se construíam mútuas casas, se praticava esporte (...). O pessoal lá da fazenda começava a se mudar para a serraria por que pagavam bem e o dinheiro entrava todo mês. Aquela gente que deixava a fazenda para trabalhar na serraria, não se adaptava mais ao processo de trabalho da fazenda. O salário na fazenda praticamente não existia e o trabalhador recebia aos poucos. Desta passagem, resultou que hoje não se tem mais um peão especializado para o trabalho nas fazendas de gado. Aquele que saiu já não sabe mais fazer uma taipa, tirar leite curar uma bicheira do animal. Isto tudo resultou porque o caboclo fugiu do campo, da lida da criação de gado para a indústria da madeira". (109)

(109) MATTOS, Teófilo de. Entrevista concedida ao autor em 02 de julho de 1989.

Assim, o novo processo educativo do caboclo para o trabalho, deslocou-se geograficamente: das fazendas de gado e das pequenas roças, ele passa, agora, para o coletivo da serraria. Processo este, portanto, que foi organizado e administrado de acordo com às necessidades e exigências do mercado capitalista de produção em larga escala.

Nos núcleos produtivos anteriores à industrialização, o trabalho era realizado ao ar livre, em ritmo sazonal e sem horário pré-estabelecido, definido, pois predominava a lógica do tempo regulado pela natureza, pela necessidade. Com a introdução do trabalho assalariado, o caboclo, ao vender sua força de trabalho para o capitalista da madeira, perde o direito e o poder de decidir sobre o processo de trabalho, passando a obedecer às ordens do capital, um horário regular e um ritmo mecânico imposto na indústria. Objetiva-se, com isso, a formação de um novo trabalhador, adaptado às novas regras de trabalho capitalista.

Em relação ainda à esta questão da passagem dos caboclos das formas anteriores de trabalho para o trabalho na indústria da madeira, constata-se a criação de determinados estímulos que objetivavam não apenas o recrutamento, mas também o disciplinamento e a sujeição destes trabalhadores para o desempenho das novas relações de trabalho. Dentre estes estímulos, pode-se destacar, segundo as teses de Ari Martendal;

- o pagamento do salário no fim do mês e pagamento em dinheiro vivo, o que constituía uma novidade (...);
- o oferecimento de uma casa nova para morar, ou seja uma casa localizada na vila operária, com vizinhança próxima, o que

- vinha facilitar uma vida social mais interessante e mais movimentada;
- a oportunidade para criar pequenos animais e até mesmo manter vaca-de-leite, terreno para pequenas roças e plantações e madeirame para benfeitorias complementares (110).

A estes fatores estimulantes, junta-se ainda a questão de status:

"Trabalhar na roça ou como peão de fazenda era só mesmo para quem não podia ser outra coisa na vida; A serraria distribuía seus operários num quadro hierárquico de funções, que podiam ser julgadas, possibilitando uma ascensão social - o que constituía uma novidade na região." (111)

Apesar de sua clarividência social e da sua profunda reflexão em cima de tal problema, Ari Martendal encara os acontecimentos que levaram os caboclos a deixar a fazenda ou a roça para ingressar nas serrarias como assalariados, apenas ao nível das aparências do fenômeno ou da "pseudoconcreticidade", (112) como denomina Karel Kosik. Em particular, o referido autor é indiferente à situação de vida dos trabalhadores, marcada que era pela falta de leis, de terra para plantar e criar animais, pela ausência de escolas e outros fatores ainda que os transformaram

(110) MARTENDAL, Op. cit., 1980, p. 56-57.

(111) Ibidem, p. 57.

(112) "Pseudo-concreticidade", segundo Karel Kosik, é a redução dos acontecimentos ao nível da práxis utilitária. KOSIK, Karel Dialética do concreto, 1976, p. 9-32.

em trabalhadores submissos e manipulados.

Como vimos, a estrutura econômica da pecuária serrana catarinense, fundamentada na grande propriedade, não produziu suficientemente as condições objetivas materiais e culturais que permitissem um salto qualitativo no sentido de provocar mudanças no setor produtivo, em particular, e, na sociedade, de um modo geral. O trabalhador de fazenda não tinha sequer um contrato de trabalho escrito com o seu empregador que pudesse garantir-lhe os direitos como trabalhador, fato este que somente começa a ocorrer com a instalação das serrarias. Neste sentido, a vida deste trabalhador, sem terra e sem os meios de produção estava totalmente submetida às exigências e à dominação do grande fazendeiro.

Assim, o recrutamento dos caboclos peões e roceiros para a nova forma de trabalho na serraria tem sua explicação na própria história da vida real desses trabalhadores rurais, que corresponde ao processo social que os divorciou dos meios de produção e, em especial, os divorciou da terra, transformando-os em assalariados, integrados ao sistema do capital. Como explica Marx, "o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. (113)

Referindo-se à questão da proletarização do caboclo da

(113) MARX, Karl. O capital, vol. I, 1987, p. 830

região aqui em estudo, em decorrência do processo de industrialização da madeira, assim comenta Antonio Munarin:

- "O trabalhador rural se proletarizou (...):
- a) O peão de fazenda - caboclo-peão - de uma relação de trabalho patrimonialista passa a viver agora, na serraria, uma relação binária, vertical, moderna capitalista;
 - b) O pequeno agricultor - o caboclo-roceiro - que antes era autônomo, que dominava todo o processo de produção, que era dono (proprietário ou posseiro) dos meios de produção - a terra - transforma-se, agora, em trabalhador livre: livre dos meios de produção e livre para vender a sua força de trabalho ao capital". (114)

Em vista destas circunstâncias, quando na segunda metade deste século, se desenvolve o processo de industrialização da madeira, grande parte dos caboclos da região abandonam suas antigas formas de trabalho para ingressar nas serrarias, na condição de trabalhadores assalariados. Contudo, a proletarização dos caboclos por essa indústria, não se dá ainda no sentido clássico do termo, isto é, enquanto transformação destes trabalhadores rurais em assalariados puros. A sobrevivência dos caboclos não dependia única e exclusivamente dos seus ganhos salariais em dinheiro, pois, nas relações de trabalho existentes na serraria, o trabalhador produzia uma parte da sua subsistência cultivando um pequeno quintal, criando galinhas e porcos, sendo que alguns dispunham, inclusive, de uma vaca de leite. Este tra-

(114) MUNARIN, A. Op. cit., p. 97-98.

balho privado que garantia, em parte, a segurança econômica da família, era realizado durante os finais de semana e feriados:

"No final de semana o pessoal da serraria tinha a liberdade para fazer uma lavourinha onde quisesse. Tinha gente lá que colhia muitos sacos de milho, de feijão e de batatinha (...). Tudo era para o gasto da família. Ainda tinha gente que criava vacas de leite, outros criavam porcos, galinhas..."(115)

Obviamente que, com o desenvolvimento da indústria extrativa da madeira, os trabalhadores caboclos não perderam de vez e totalmente suas características locais. Ou seja, os trabalhadores caboclos não abandonaram completamente os costumes e as suas experiências acumuladas durante os longos anos com o trabalho de criação de gado e do cultivo das roças. Ainda, é importante frisar: a permanência de costumes tradicionais entre os trabalhadores da região explica-se, também, pelo fato de que a passagem da fazenda e da roça para a serraria não representou a transferência destes trabalhadores do meio ambiente do campo para a cidade. O meio rural ainda continuou sendo o lugar no qual estes trabalhadores produziam parte da sua subsistência material e espiritual e onde passavam a acrescentar e a reestruturar a sua visão de mundo, com os elementos de um sistema de relações produtivas novo, especificamente de caráter capitalista.

Frente à sua situação sem outra alternativa, portanto,

 (115) SPOLTI, Balduino. Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 17/05/1989.

o cabloco serrano passa a fazer parte de uma dinâmica econômico-social na qual as condições de trabalho exigem outras formas de relações sociais que não mais aquelas às quais era formado anteriormente, como o fato da realização do contrato de trabalho com a serraria.

Outros impulsos mais e condicionamentos econômicos e sociais que levaram grande parte dos caboclos da região serrana a percorrer o caminho que os conduziu às portas das serrarias, para vender a sua força de trabalho em troca de salário, são dados a conhecer pelos próprios trabalhadores:

"Eu só fui trabalhar na serraria porque não tinha outro jeito de ganhar a vida. na fazenda só trabalhava para o fazendeiro. A gente não tinha terra para plantar e criar gado. A terra era do fazendeiro. Não tinha salário, não tinha carteira assinada, não tinha férias. Quando apareceu a serraria oferecendo salário, carteira assinada, casa para morar, então a gente se mandou para lá. Muita gente deixou a fazenda e a roça para trabalhar na serraria". (116)

"O que me levou a sair do sítio⁽¹¹⁷⁾ para a serraria foi o seguinte: quando eu completei os meus 17 anos de idade já estava moço e queria ficar junto de pessoas, mais perto das festas. Lá na serraria tinha muito mais gente do que no sítio. O pessoal jogava bola, tinha mais festas, mais dinheiro. A gente recebia o tal de vale no final de semana que dava para fazer algumas compras. Na época, eu era solteiro e queria mesmo era fazer a vida por conta pró-

(116) SILVA, Joaquim A. Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 17/05/1989.

(117) Sítio - denominação comum, na região, e atribuída à pequena propriedade rural.

pria"(118).

Outros trabalhadores relatam ainda:

"É eu saí lá do sítio porque me colocaram na cabeça que trabalhar na serraria era melhor.

Diziam que lá tinha carteira assinada, férias, pagamento do décimo terceiro.

Tinha ainda muito futebol e muito mais festas. Daí porque eu saí lá do sítio onde a gente trabalhava muito e não ganhava quase nada. Eu queria também melhorar de vida e outras coisas mais".(119)

"Na serraria tinha salário, tinha escola para os filhos, tinha o médico da firma, tinha o armazém e tinha muitos amigos e parentes que trabalhavam juntos, jogavam futebol, caçavam e festavam juntos com a gente. Por exemplo, na fazenda se você quebrava um braço, uma perna ou ficava doente não tinha a quem recorrer. A gente na fazenda vivia isolado e desamparado. A gente mesmo é que tinha que cuidar das quebras, das doenças. Tudo era feito por conta própria. A gente usava muito remédio caseiro, como a gordura de capivara e de outros animais, as ervas caseiras, as benzeduras. Tudo isso era feito porque a vida era muito difícil..."(120)

Pela análise deste depoimentos pode-se observar que além da expectativa de uma vida melhor, o salário, o lazer (futebol), a carteira de trabalho, as férias, o crédito de compras

(118) AMARAL, Pedro de Oliveira. Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 20/06/1989.

(119) SANTOS, Antonio Rodrigues. Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 21/07/1989.

(120) JESUS, Ervino Joaquim de. Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 21/07/1989.

no armazém da firma, a assistência médica, a construção de escolas e de novas habitações e outros recursos mais, concorreram, em especial, como condicionantes na questão da passagem dos caboclos das fazendas e das roças para as serrarias que se instalaram próximas às reservas de araucárias. Estes condicionantes, faziam, também, as vezes de orientadores aos caboclos que se encaminhavam, para a serraria, na esperança de um futuro melhor. Eram, pois, ações que atuavam como estímulos e incentivos para a realização dos deveres, suscitados, então, pela prática que envolvia a construção de uma nova moral do trabalho. E, imbuído desta moral, o processo de trabalho tornou-se, na serraria, um meio para a expansão do capital madeireiro. Na verdade, não interessava ao capitalista da madeira produzir apenas valor-de-uso mas, também e sobretudo, produzir valor excedente.

Assim, o processo que determina a extração da madeira a partir dos anos 50, é o processo de produzir "mais-valia" (121) ou, de produzir o trabalho excedente, que passa, então, a se constituir no conteúdo e no objetivo central da indústria da madeira, como aponta o próprio ex-gerente de serraria, Dalduino

(121) A mais-valia é entendida, aqui, como a forma específica que determina a exploração do trabalho pelo capital. O excedente toma a forma de lucro que é o produto líquido do trabalho e que pode ser vendido por mais do que os trabalhadores recebem como salários. Assim, lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital MARX K. O capital, vol. I, 1987, pgs 237ss.

Spolti:

"O empregado tem que produzir para dar lucro para a firma, porque ele ganha o ordenado dele. Para isso tem que ordenar o serviço, a começar pela pontualidade no trabalho"(122).

5.4. A Organização do trabalho na serraria e suas formas de educar o trabalhador.

A indústria extrativa da madeira - denominada comumente de serraria, desenvolve-se na região serrana do planalto sul de Santa Catarina sob as formas usuais do desempenho das relações de produção capitalista, apresentando, de um lado, novas formas de organização do trabalho e, de outro lado, assumindo a função de agente educativo no processo da formação dos caboclos da região, enquanto trabalhadores assalariados. Função esta nem sempre muito explícita, mas que se dava no interior das relações produtivas objetivando a construção de um tipo de trabalhador adaptado às novas condições de trabalho, postas a partir das necessidades e dos interesses dos capitalistas da madeira.

As condições de trabalho introduzidas pelas serrarias caracterizam-se pelas relações mercantis, fundadas na compra e

(122) SPOLTI, Balduino, entrevista concedida ao autor, em 17 de maio de 1989.

venda da força de trabalho, no dinheiro e na mercadoria. Neste sentido, as relações entre os homens assumem uma forma de relação entre coisas de caráter impessoal. Entretanto, para se chegar a estes tipos de relações, que estabelecem determinadas práticas sociais, três condições básicas tornam-se generalizadas pela sociedade como um todo:

"em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos seus meios de produção com os quais a produção é realizada e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros; Em segundo lugar, os trabalhadores estão livres de constringências legais, tais como escravidão e servidão que os impeçam de dispor de sua força de trabalho; Em terceiro lugar, o propósito do emprego do trabalhador torna-se expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador que está, assim, atuando como capitalista" (123).

Dentro desta perspectiva, o processo de trabalho começa, portanto, com a efetivação do contrato de trabalho ou acordo que estabelece as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador. Assim, o trabalhador, na qualidade de vendedor da força de trabalho e o capitalista, na qualidade de comprador, estabelecem no contrato a transferência da força de trabalho do primeiro para o segundo. Este a mantém, como se fosse propriedade sua, utilizando-a a seu modo.

Nesta transação mercantil, ao capitalista interessa a força de trabalho sob caráter de mercadoria. Daí decorrem as re-

(123) BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 81-82.

lações impessoais dos homens entre si, relações sociais entre coisas e não relações sociais entre indivíduos e seus trabalhos. Os trabalhos privados atuam simplesmente como partes do conjunto do trabalho social, através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores (124). Nestas condições, desenvolve-se o modelo do trabalhador alienado ou seja desenvolve-se a alienação do trabalho que consiste:

"no fato de que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser; em seu trabalho o trabalhador não se afirma, mas se nega; não se sente feliz mas infeliz; não desenvolve uma livre energia física e espiritual, mas mortifica seu corpo no seu espírito. Por isso o trabalhador só se sente ele mesmo fora do trabalho e no trabalho como algo fora dele. Seu trabalho não é, assim, voluntário, mas obrigado; é trabalho forçado. Por isso não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer as necessidades fora do trabalho". (125)

No processo capitalista de produção, configura-se, portanto, a alienação do trabalho. O produtor já não se percebe no produto de seu trabalho que se torna propriedade exclusiva do capitalista e se constitui em mero fragmento de um processo total, que ele próprio não domina, não controla e que não lhe pertence. O trabalhador só recebe do capital o valor diário da for-

(124) MARX, K. O capital, vol. I, 1987, p. 81-82.

(125) Karl Marx, citado por ENGUIITA, Fernández Enguita. Opus Cit. 1989, p. 22. Ainda sobre a questão da alienação d trabalho, ver: VAZQUEZ, Adolfo S. Filosofia da práxis, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, p. 448.

ca de trabalho, o equivalente aos meios necessários para que não somente se mantenha, mas também procrie e crie filhos.

Analisando a forma de trabalho existente na serraria, observa-se que esta forma de trabalho assalariada distinguiu-se das formas de trabalho anteriores pela racionalidade do processo de produção e pelas formas de organização. No interior das serrarias, os trabalhadores reunidos no mesmo local de trabalho, passam a executar as suas tarefas sob o controle total do processo de trabalho, pelo capitalista. Em vez de agentes criadores e participativos, os caboclos, antigos peões e antigos roceiros, são transformados em trabalhadores alienados, passivos, e receptivos, cujo papel no processo de produção reduz-se apenas à registrar estímulos vindos do exterior. Logo, o trabalho no interior das relações produtivas da serraria desenvolve-se com base na separação da unidade entre ação e pensamento, e da perda por parte dos trabalhadores do poder de controle e de decisão pela divisão do processo de trabalho em tarefas simples. O controle do processo de trabalho faz-se em favor do capital. Portanto, em termos educativos, neste processo, o trabalhador perde sua capacidade de decisão e perde também sua capacidade de criação e de pensar o trabalho na sua dimensão total. O trabalho diversificado é decomposto em tarefas simples que não exige mais do trabalhador o esforço mental e criativo mas, simplesmente, o esforço físico. Por isso ocorre a sua desqualificação das formas anteriores de trabalho, que exigiam o conhecimento do processo de trabalho como um todo.

Os caboclos serranos, desta forma, vinculados que eram às fazendas de criação de gado e às pequenas plantações agrícolas locais, onde adquiriram e acumularam um acervo de conhecimentos e técnicas, hábitos e destrezas durante longos anos de experiência prática, que lhes proporcionaram o maior domínio sob o processo de trabalho, ao serem recrutados e incorporados ao trabalho assalariado nas serrarias, passam a sofrer um processo de (re)educação, de disciplinamento e de adaptação, cujo fim, é a construção de um novo tipo de trabalhador. Neste sentido, o processo educativo, a que é submetido o trabalhador, objetivando a sua formação para a nova forma de trabalho, tornou-se, a partir de então, uma tarefa prioritária desenvolvida sob a responsabilidade da própria serraria. Assim, os caboclos sem terra, os peões e roceiros, foram enquadrados, mesmo sem o saber, na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado.

Sobre o processo educativo em geral, vivido pelos caboclos da região, e sobre a necessidade de se criar uma nova moral do trabalho entre esses trabalhadores, comenta Balduino Spolti:

"Os caboclos que vinham da fazenda e outros que vinham da roça não sabiam fazer nada, não sabiam trabalhar na serraria. Eles nunca tinham visto uma serraria. Por isso a gente foi então explicando e, pouco a pouco, eles foram pegando o jeito do trabalho. Tinha gente boa que compreendia mas, também tinha gente, caboclo, que só atrapalhava. Muitos deles machucavam as mãos e os pés quando faziam o trabalho de rolar as toras para serrar. Ocorre que eles não estavam acostumados com este tipo de trabalho

(...)." (126)

No que diz respeito à criação de uma nova moral do trabalho para os trabalhadores caboclos, diz ainda o entrevistado acima citado:

"O cabocio não estava acostumado com um tipo de vida regrada. A serraria tinha que impôr algumas leis, estabelecer algumas normas. Estabelecia a hora certa em que o trabalhador tinha que chegar no serviço e começar o trabalho; estabelecia a hora da pausa para o café da manhã, para o almoço e o descanso. A serraria exigia e cobrava a responsabilidade de seus trabalhadores, porque se o trabalhador falta hoje no trabalho e falta amanhã, a serraria não podia tocar o serviço e o empregado têm que produzir para dar lucro". (127)

Portanto, o processo educativo do caboclo ligado à sua formação para o trabalho assalariado ocorre no interior das relações produtivas, sob o comando e dentro da lógica do próprio capital. Processo este, que já se inicia com a efetivação do contrato que estabelece as condições de venda e compra da força de trabalho que passa das suas mãos para as do madeireiro.

A par desta nova situação de vida dos caboclos, o movimento educativo ocorrido na e pela experiência prática dos mesmos no contexto geral da serraria é o determinante da sua desqualificação em relação às formas de trabalho como peão ou

(126) SPOLTI, Balduino, Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 17/05/1989.

(127) Ibidem.

roceiro. Isto é, uma vez educado para o trabalho assalariado, o caboclo não mais se adapta às condições de trabalho existentes nas fazendas de gado e nas roças. E este processo é facilmente compreensível quando se analisa que estes caboclos, ao deixarem as fazendas para o trabalho nas serrarias, passaram a perceber novas informações, novas condições e adquirir outras experiências que não mais os adequava às relações de trabalho na fazenda, porque o salário que passavam a perceber era maior, mais frequente e em dinheiro. Na serraria, desenvolviam-se novos conjuntos habitacionais, formando pequenas vilas operárias que propiciavam encontros mais constantes entre os trabalhadores. Lá, havia novas formas de lazer como o futebol, o jogo de cartas, as festas nos finais de semanas e outras situações mais. Frente a tantas "benesses", realmente não mais voltam aos seus lugares de trabalho de origem.

Segundo depoimento de Teófilo de Mattos, (128) uma das razões por que o caboclo que foi para a indústria madeireira não mais se readaptava ao trabalho e à vida nas fazendas de gado e nas roças, foi porque ele sofreu um processo de desqualificação que resulta no fato de que, no momento atual da história dos trabalhadores serranos, já não se tem mais, diz o entrevistado, um "peão especializado" para as fazendas de gado. Devido à estas circunstâncias, para o fazendeiro da região, o caboclo sem o do-

(128) MATTOS, Teófilo de. História de São Joaquim. Florianópolis, 1989. Entrevista concedida ao autor em 02 de julho de 1989.

mínio completo das habilidades e conhecimentos mínimos exigido para o trabalho com as lidas do gado, constitui este tipo, um trabalhador "desqualificado" para as práticas da pecuária.

A questão da desqualificação do caboclo das formas antigas de trabalho está relacionada ao movimento educativo desenvolvido no interior da produção e das relações de produção das indústrias madeireiras. Este movimento educativo se dá através de formas de organização e controle do trabalho fragmentado, objetivando a formação de um modelo de trabalhador que combine a posse de um conjunto de conhecimentos e destrezas com uma conduta e/ou responsabilidade convenientes ao trabalho gerador de mais-valia. (129)

5.4.1. A Divisão do Trabalho

No período pós 1950, é possível afirmar-se que a formação do caboclo serrano catarinense está estreitamente vinculada às formas de organização das serrarias, com base na divisão do trabalho. Com esta passagem, o caboclo que já havia perdido a capacidade de determinar o produto, perde agora o controle de seu processo de trabalho para o capital. A serraria não somente o submete ao comando e à disciplina do capital, como também,

(129) Analisando a questão da relação trabalho-educação, Acácia Kuenzer procura mostrar como a indústria educa os seus trabalhadores através da organização do processo de trabalho e das estratégias administrativas como a rotatividade interna, a política salarial, a política de benefícios e outras mais. KUENZER, A. Opus cit., 1986.

transforma a divisão do trabalho, como criação natural e espontânea, em uma forma consciente, metódica e sistemática.

Na questão da divisão do trabalho, de acordo com a terminologia utilizada por Marx, existe a divisão social do trabalho e a divisão manufatureira do trabalho. E o próprio Marx procura explicitar a diferença entre ambas, diferença não só de grau, mas de substância:

"(...) A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista; a divisão social do trabalho, a dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si. (...) A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence; a divisão social do trabalho faz confrontar-se produtores independentes de mercadorias, os quais não reconhecem outra autoridade além da concorrência". (130)

Enquanto a divisão social do trabalho decorre de um processo espontâneo, natural e ligado à todas as sociedades conhecidas, a divisão manufatureira do trabalho é um fenômeno histórico que, segundo Marx, poderia surgir sob forma especificamente capitalista. Assim, como forma específica do processo social de produção, é apenas um método especial de expansão do valor do capital às custas da exploração do trabalho. (131)

(130) MARX, K. O capital, vol. I, 1987, pag. 407-408. Ainda sobre a distinção entre a divisão social do trabalho e a divisão manufatureira do trabalho, ver: BRAVERMAN, H. *Op. cit.*, 1981, p. 72.

(131) Ver, MARX, K. O capital, vol I, 1987, p. 417.

Esta questão da relação entre divisão do trabalho e educação do trabalhador, foi uma das constatações de Adam Smith, manifesta em sua análise da divisão do trabalho, no primeira capítulo da obra "A riqueza das nações", de 1776. Nesse estudo, constata-se que, de um lado, ocorre através da divisão do trabalho uma maior engenhosidade, destreza e discernimento dos trabalhadores e, de outro lado, observa-se que ocorre um maior aperfeiçoamento nas forças produtivas do trabalho. Neste sentido, observa-se ainda que o aperfeiçoamento do trabalhador via divisão do trabalho é o resultado, sobretudo, da permanência, por longo tempo, do trabalhador na mesma função. (132)

A divisão do trabalho no processo de produção torna-se, assim, um componente fundamental nas relações trabalho-educação, produzindo a decomposição do trabalho em diversas operações e, conseqüentemente, transformando o trabalhador em um órgão automático, fragmentado, especializado em uma única operação. O trabalhador coletivo que constitui o mecanismo vivo da manufatura consiste, apenas, do conjunto desses trabalhadores parciais, limitados. E é em função disto, diz Marx, que a produção ocorre em menos tempo ou, que se eleva a força produtiva do trabalho em comparação com os ofícios independentes. (133) Adam Smith, escrevendo sobre o processo de fabricação de alfinetes, para citar apenas um exemplo da questão aqui tratada, mostra os

(132) SMITH, Adam. Riqueza das nações, São Paulo, Hemus, 1981, p. 1.

(133) Ver MARX, K. Op. cit., 1987, p. 389.

efeitos da divisão do trabalho na educação do trabalhador fragmentado e no resultante aumento da produtividade do trabalho:

"Para tomar um exemplo de uma manufatura pouco significativa mas uma em que a divisão do trabalho tem sido muito notada. O ofício do alfineteiro; um operário não educado para esta ocupação (...), nem familiarizado com o uso da maquinaria nela empregada (...), dificilmente poderia, talvez com seu máximo empenho, fazer um alfinete por dia e certamente não conseguiria fazer vinte. Mas do modo com que este ofício é agora exercido, não só todo o trabalho é uma atividade especial, mas está dividido em um número de ramos, dos quais a maioria pode ser outras tantas indústrias. Um homem estica o arame, outro o indireita, um terceiro corta, um quarto aponta, um quinto esmerilha o topo para receber a cabeça; fazer a cabeça exige duas ou três operações distintas, colocá-la é uma tarefa à parte; branquear os alfinetes é outra; é mesmo outra indústria. O colocá-los no papel e o importante negócio de fazer um alfinete é, destarde, dividido em cerca de dezoito operações distintas, que em algumas manufaturas são todas executadas por mãos distintas..." (134)

Além da fragmentação do processo de trabalho como o do exemplo acima citado, outros grandes progressos no controle do trabalho em seu conjunto vieram da introdução da máquina, do taylorismo e, mais tarde, do fordismo. (135)

No que diz respeito à máquina, esta estabelece um ritmo mecânico ao qual o trabalhador, como seu apêndice, têm que se

(134) SMITH, Adam, Op. cit., 1981, p. 2.

(135) Sobre o taylorismo e o fordismo, ver: Kuenzer, Acácia. Op. cit., 1986.

subordinar, incorporando em seu mecanismo uma regulação do tempo e da intensidade. Todas as etapas da produção são programadas pelo capital, simplificando, desta maneira, o encargo do trabalhador e desqualificando-o do seu encargo original de controlador do processo de produção. O processo de aprendizagem ligado à arte de manejar a máquina, não implica tempo prolongado e, dessa forma, o trabalhador desta máquina e que se habilita ao trabalho pela máquina, em poucas semanas ou, em poucos meses, torna-se um elemento fácil de ser substituído por outro. Nesse sentido, a maquinaria, não só tem a função técnica de aumentar a produtividade, como, também, é uma obra criada com a função histórica e

social de destituir o trabalhador de qualquer possibilidade de decisão no processo de trabalho. Como observa Braverman, a capacidade humana para controlar o processo de trabalho pela maquinaria tem sua explicação na própria gênese do capitalismo, que buscou introduzir a gerência como uma forma de transferir o controle do produtor para os representantes do capital. (136)

Do ponto de vista histórico, o taylorismo contribuiu de maneira decisiva para esta transferência, uma vez que estabeleceu, de forma sistemática, a fragmentação do processo de trabalho em tarefas simples, por meio da sua análise dos tempos. Mais tarde, Gilbreth acrescentaria à este processo a análise dos movimentos. Em suma, constata-se que o objeto da teoria de

(136) BRAVERMAN, H. Op. cit., 1981 p. 167-168.

Taylor, (137) com a sua sistematização, codificação e regulação dos processos de trabalho individuais era, na realidade, o de buscar uma resposta à problemática de como melhor controlar o próprio trabalhador, a força de trabalho comprada com vista à maior produtividade e ao maior lucro possível.

Contudo, é com o fordismo que o trabalho alcança, na história, o máximo de submetimento ao capital. Os trabalhadores vêm diminuído ao mínimo o controle sobre seu próprio processo de trabalho. Assim, o trabalhador, que antes era senhor de um acervo de conhecimentos tradicionais, de métodos e técnicas de procedimentos e que combinava no corpo e na mente os conceitos e as habilidades do seu ofício, viu-se, agora, destituído do poder sobre o processo de trabalho.

5.4.2. A Divisão do Trabalho na Serraria

De uma forma geral, a divisão do trabalho, existente nas serrarias, apresenta-se como a descrita pelo ex-gerente de serraria, Balduino Spolti:

"Na serraria cada um tinha o seu serviço. Tinha o serviço de mato e tinha o serviço dentro da serraria. No serviço de mato(138) tinha o cortador de árvores, tinha o descascador das toras, tinha o boiadeiro e tinha ainda o gerente de mato. No serviço de

(137) TAYLOR, Frederick W. Princípios de administração científica, São Paulo, Atlas, 1970.

(138) Grifo nosso.

dentro da serraria, (139) tinha o serrador que serrava as toras que vinham do mato; o circuleiro que fazia a seleção das tábuas serradas; o gradeador (...); o foguista, encarregado de fazer o fogo para pôr a máquina funcionar; o afiador, encarregado da fiação e manutenção das serras; o gerente, encarregado da organização e comando do trabalho. (140)

Temos aí, portanto, um quadro geral da forma de organização do trabalho na serraria, cujo entrevistado mostra como era feito a divisão do trabalho com base no parcelamento do processo produtivo em simples tarefas, as quais, por sua vez, eram distribuídas aos diversos trabalhadores. O ciclo de operações (141) estendia-se desde a derrubada da árvore no mato (serviço-de-mato) até o barracão da serraria, onde, já na forma de tóra, a madeira era transformada em tábuas. Esse moderno processo de produção da madeira que introduz a máquina movida a lenha (locomotiva), passa a exigir um número maior de trabalhadores, cada um dos quais realiza, ininterruptamente, a mesma e única tarefa parcial. Na medida que o trabalhador executa uma única operação, transforma todo o seu corpo em órgão automático especializado dessa operação.

(139) Grifo nosso.

(140) SPOLTI, Balduino, Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 17/05/1989.

(141) Por ciclo de operações entende-se, aqui, as atividades necessárias para a produção da madeira, tais como a derrubada da árvore, a sua transformação em tóra, o estaleiramento, o transporte, a serra, a classificação e outras mais. Maiores informações sobre a divisão do trabalho na serraria e os ciclos de operações, ver: MARTENDAL, Op. cit., ano?

Nesse mundo do trabalho assalariado e dividido, o trabalho de supervisão torna-se uma estratégia política de organização e educação do trabalho pelo e para o capital. Conforme descreve Marx,

"(...), Do mesmo modo que um exército, a massa de trabalhadores que trabalha em conjunto sob o comando do mesmo capital precisa de oficiais superiores (dirigentes, gerentes) e suboficiais (contramestre, inspetores, capatazes, feitores), que, durante o processo de trabalho, comandam em nome do capital..." (142)

A serraria não só submeteu o caboclo peão e o caboclo roceiro, bem como outros trabalhadores ainda, ao comando e à disciplina do capital, mas, também, criou uma graduação hierárquica entre eles.

"Na serraria tinha o gerente responsável pelo andamento dos serviços gerais. No serviço de mato, tinha o chefe de turma. Também tinha o pessoal do escritório e outros (...). Este pessoal ganhava mais que nós trabalhadores porque eram puxa-sacos do patrão, o dono da serraria..." (143)

São portanto os gerentes, os chefes de turma, que comandam o processo de trabalho em nome do capital. Assim, o caboclo-peão e o caboclo-roceiro que antes realizavam todas as ope-

(142) MARX, K. O capital, vol. I, 1987, pag. 381.

(143) SILVA, Antério Belizário. São Joaquim, 1989. Entrevista concedida ao autor em 20 de agosto de 1989.

rações pertinentes a seu ofício de maneira tradicional, são enquadrados, agora, nas disciplinas exigidas e ordenadas pelos empresários da madeira, em função exclusiva da maior produtividade do ofício.

Entretanto, como menciona Marx, a produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade que se alcança pela educação do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas. No período da madeira, a serraria, como vimos, simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas, porque introduz a máquina.

A propósito da máquina de serrar árvores no mato, conhecida como moto-serra, que substituiu os instrumentos rústicos antes utilizados para a derrubada da árvore, comenta Balduino Spolti:

"Antes da entrada da moto-serra (...) o serviço-de-mato era feito a machado e a serrote. Com essas ferramentas antigas, para derrubar um pinheiro, precisava ter, pelo menos, quatro homens fortes: dois se ocupavam de derrubar a árvore e os outros dois se encarregavam de descascar a árvore. Com a moto-serra, apenas um homem derrubava a árvore, e o número de pinheiros derrubados por dia era bem maior". (144)

Além da moto-serra, outras máquinas foram introduzidas pela serraria, tais como o caminhão-guincho, o trator e outros meios de transporte e de serrar. Com esses novos recursos apli-

(144) SPDLTI, Balduino. Entrevista concedida ao autor, na cidade de São Joaquim, em 17/05/1989.

cados no processo de produção da madeira," o trabalhador trabalhava menos, dava mais produção, dava mais dinheiro". (145)

5.4.3. As relações de trabalho e educação do trabalhador

As transformações no modo de produção da indústria da madeira tornou necessária uma mudança nas condições gerais anteriores do processo educativo do trabalhador caboclo da região, como mostra a fala de Teófilo de Mattos em relação ao desenvolvimento das habilidades do ofício de peão:

"O que me chamava atenção eram os recursos e criatividades que o peão empregava no seu ofício nas lides com o gado. O ofício de peão resultava das experiências práticas que o caboclo nativo, criado em fazenda, acumulava nas suas lidas no campo. Eram experiências acumuladas durante anos e anos de trabalho. O peão para poder pegar o gado que nasceu e se criou livre no campo, utilizava uma ciência, uma técnica: primeiro reunia o gado num costão de morro; em seguida, enrolava tudo aquilo que era de metal e de ferro para não fazer barulho; depois, procurava chegar perto do gado mas, para isso, observava a posição do vento. Já perto do rebanho de gado, armava o laço e a laçada era certa (...). O peão de fazenda aprendia a laçar o gado desde pequeno e, quanto mais treinava, mais habilidade adquiria...". (146)

Neste sentido, na primeira fase de formação deste tra-

(145) Ibidem.

(146) MATTOS, Teófilo de. Entrevista concedida ao autor, na cidade de Florianópolis, em 1989.

balhador, este dispunha de conhecimentos e de técnicas tradicionais de trabalho, adquiridas e desenvolvidas ao longo dos anos na prática cotidiana da produção material da existência. E, quando no curso da segunda metade do século corrente, com o movimento de industrialização da madeira, foi este trabalhador incorporado ao mundo do trabalho assalariado e passou a ser disciplinado e educado por formas de controle e de políticas da firma empregadora. Passou este homem trabalhador, para uma segunda fase de seu processo de transformação e habituação para o capital. Enquanto o ofício de peão e de roceiro se caracterizavam pela unidade entre ação e pensamento e pelo controle do trabalhador em particular o do roceiro, em relação ao processo de trabalho, o trabalho assalariado, metódico e fracionado na serraria, se desenvolveu, sobretudo, com base na separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Neste aspecto, o domínio do controle do trabalhador sob o processo de trabalho foi, historicamente, transferido para os detentores do poder econômico.

Em relação ao papel do controle neste processo que educa o trabalhador, manifesta-se o próprio trabalhador,

"lá na serraria a gente aprendia sobre o trabalho fazendo as coisas. O instrutor sempre estava em cima para dar algumas instruções. Ele sempre estava lá para conferir e controlar o trabalho, observando como a gente trabalhava. O gerente-de-mato controlava tudo. Também no barracão era controla-

da a hora da chegada no trabalho, a hora do café, do almoço e do descanso..."(147)

No tocante às relações entre o trabalhador e o supervisor a comando do capital, narra outro trabalhador ocupado no serviço-de-mato:

"Na serraria, no caso de serviço-de-mato, trabalhavam uns vinte homens. Em todos os serviços sempre tinha o supervisor que controlava o pessoal. Este era um verdadeiro pucha-saco do patrão. O supervisor e o gerente de mato não se davam com quase nenhum dos que trabalhavam com eles. Eles sempre eram os primeiros que estavam no serviço, controlavam tudo (...) Por eles ocuparem um cargo de chefia colocavam-se sempre acima de nós, trabalhadores".(148)

Um dos objetivos pedagógicos manifesto na forma de organização do trabalho na serraria, residia na criação da disciplina necessária para fazer os caboclos renunciarem a seus hábitos irregulares de trabalho e a se identificarem com o ritmo de trabalho pré-estabelecido e definido como a lei da hora certa:

"Os caboclos que vinham das fazendas e outros da roça para trabalharem na serraria não estavam acostumados a um tipo de trabalho que exigia tempo integral e maior rentabilidade por parte dos trabalhadores. Na fazenda eles faziam o próprio horário, faziam o horário como bem entendiam, mas na

(147) SILVA, João Maria da. Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 19 de outubro de 1989.

(148) AMARAL, Pedro. Entrevista concedida ao autor, na cidade de São Joaquim, em 1989.

serraria havia outro tipo de regra: a lei da hora certa" (149)

Acerca da jornada de trabalho regular na serraria em contraste com o ritmo de trabalho auto-imposto, predominante nas formas de trabalho anteriores, particularmente nas práticas da pecuária extensiva, comenta o trabalhador Pedro de Oliveira do Amaral:

"Na fazenda, a gente não tinha um horário para pegar e parar no trabalho. Não tinha ninguém vigiando, cuidando e regulando o trabalho da gente. Quando o dia era quente demais, a gente trabalhava até às 10 horas da manhã; no período da tarde reiniciava o trabalho por volta das 3 (três) ou 4 (quatro) horas e se estendia até o anoitecer (...). Na serraria, a gente tinha que cumprir o horário por eles estabelecido. Jamais alguém interviria no horário de trabalho". (150)

A indústria, como tal, impunha a sua organização para a obtenção de maior rentabilidade. Em caso de não cumprimento do horário regular de trabalho, bem como de outros regulamentos, ainda implicava, ao trabalhador, determinadas penalidades o qual se via na contingência de respeitá-las. De uma maneira geral, as penalidade se reduziam a descontos salariais e a outros direitos do trabalhador. Sobre esta questão, manifesta-se o mesmo traba-

(149) SPOLTI, Balduino. Entrevista concedida ao autor, 1989.

(150) AMARAL, Pedro O. Entrevista concedida ao autor, 1989.

lhador acima citado:

"Na serraria, tudo vinha de cima para baixo. As ordens eram dadas e nós, trabalhadores, tinha que cumprir. Aquele que não cumpria o horário e outras regras era penalizado: cortavam o ponto, não davam vale semanal, cortavam o final de semana remunerado e tinha outras penalizações que eu não me lembro. E não adiantava chorar, ele penalizavam mesmo". (151)

Com estas medidas coercitivas e outras mais, em particular de caráter indireto, percebe-se que no mundo do trabalho da moderna indústria da madeira cessa, de direito e de fato, a possibilidade de qualquer ato de domínio e de controle dos caboclos operários sob o processo de trabalho. Todos os aspectos da sua vida passam por um rígido sistema de educação e disciplinamento. Desde os seus atos mais básicos como o de comer, beber e repousar, devem obedecer rigorosamente às regras pré-determinadas pelo capital. O apito da serraria arrancava o trabalhador da cama para o cumprimento das suas obrigações decorrentes da realização do contrato de trabalho, e, em especial, o cumprimento com a jornada de trabalho que se iniciava às 4:00 hs. da manhã, estendendo-se até às 21:00 hs. (9:00hs da noite). (152)

É nesta perspectiva, portanto, que se constata que a gerência assumiu um papel rígido no interior da própria serraria

(151) Ibidem.

(152) A jornada de trabalho na serraria descrita neste estudo, foi confirmada por todos os entrevistados. Aos sábados, trabalhava-se até às 18:00 hs (6:00 hs da tarde).

ria, educando o trabalhador e promovendo a sua habituação. Neste aspecto, observa-se a criação de uma força de trabalho livre para a execução das tarefas, a qual exigia a aplicação de métodos no sentido de disciplinar e sujeitar os caboclos como força de trabalho, que vinham de outras formas de trabalho, para mantê-los assim, ocupados com o trabalho todo o tempo necessário.

Ainda no que diz respeito às formas de educação e controle dos trabalhadores, as serrarias, numa tentativa de persuasão, ofereciam, aos trabalhadores, prêmios para a pontualidade e maior frequência no trabalho.⁽¹⁵³⁾ Além disso, prestavam auxílio financeiro para a realização de novos casamentos e incentivavam novas formas de lazer nos finais de semana. E, em especial, incentivavam os campeonatos de futebol e jogos de cartas e dominó entre os seus trabalhadores e os das diversas serrarias.

Estas formas educativas não se restringiam, no entanto, apenas à esfera econômica mas, também, às esferas espirituais e morais do trabalhador. Assim, ao se defrontar com os problemas de bebidas alcoólicas, impontualidade e falta de desempenho por parte de caboclos trabalhadores, a serraria buscou a criação de uma série de medidas que visavam o controle e a disciplina do trabalhador no curso do desenvolvimento do seu processo educativo. Neste sentido, constata-se ainda que, além

(153) O prêmio oferecido pela serraria instalada no interior do município de São Joaquim, na localidade denominada "Boa-va", era o vestuário masculino denominado termo (calça e paletó) entregue, no final do ano e destinado ao trabalhador mais pontual e com menor índice de faltas ao trabalho.

das medidas já citadas como a instituição do salário e da jornada de trabalho regular, criaram-se também, outras mais, tais como a criação da vila operária, concentrando todos os trabalhadores num mesmo espaço físico ou local de trabalho, e fornecimento de um médico⁽¹⁵⁴⁾, a construção de capelas e escolas, o fornecimento dos produtos alimentícios básicos de forma racionada, a criação de vales de compras como créditos de pagamentos semanais e a criação do armazém da firma.

Em relação ao armazém, era este, sem dúvidas, um meio de manter os trabalhadores na serraria pela dívida que estes contraíam nas compras mensais, que iam desde os gêneros alimentícios de subsistência, às compras de roupas, calçados, brinquedos e outras variedades mais. O trabalhador só podia comprar no armazém da firma onde trabalhava, uma vez que os vales de compras que recebiam só eram aceitos no respectivo armazém. Quando a compra excedia o valor do vale recebido, o trabalhador ficava em débito com o armazém e, naquele mês, ficava também amarrado ao trabalho na serraria. Logo, mesmo quando não se adaptava ao trabalho, o caboclo deveria permanecer no ambiente de trabalho tendo em vista a obrigatoriedade do pagamento da dí-

(154) Em relação ao médico oferecido pela firma aos trabalhadores, comenta o próprio trabalhador: "a serraria tinha um médico e, em caso de doença, a gente só podia consultar com ele. Este médico então examinava a gente e dizia quase sempre que estava tudo em ordem e que podia voltar ao trabalho. Às vezes, a gente trabalhava mesmo estando doente. O médico jamais via o lado do trabalhador. Depois, a serraria não aceitava atestado de outro médico." Amaral, Pedro O. Entrevista concedida ao autor, São Joaquim, 1989.

vida que, por ventura, contraíra no armazém. Neste sentido, este comércio constituía um elemento fundamental de educação e sujeição dos trabalhadores pelo trabalho, como se pode perceber através da fala de Balduino Spolti:

"Lá na serraria tudo era controlado. Tinha o armazém que atendia os trabalhadores e que por ordem do patrão só abria no final do mês. Assim, as compras só podiam ser feitas de 30 a 30 dias. Geralmente já se sabia o que cada um precisava (...). Toda a alimentação era distribuída de acordo com o tamanho de cada família. Eu mesmo, lá na serraria, me ocupava do controle da quantidade de produtos fornecidos para cada família. Dessa maneira, controlava-se os gastos de cada trabalhador, se baseando nos seus vencimentos. Mas, mesmo assim, às vezes tinha trabalhador que ficava devendo para a firma". (155)

Afora a possibilidade da aquisição do "rancho mensal", da alimentação, do vestuário, dos calçados... alguns trabalhadores recebiam, da serraria, capacetes e botas de borrachas para o trabalho. (156) No caso dos trabalhadores de mató, este recebiam, também, o chamado "panelão" que consistia no fornecimento de alimentos como arroz, batata, macarrão, feijão, carne e, as vezes, ovos. O café e o pão ficavam por conta dos próprios traba-

(155) SPOLTI, Balduino. Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 17/05/1989. Quanto às dívidas do trabalhador contraídas no armazém da firma, estas se explicam pelo fato de que muitos dos trabalhadores, para tomar chacha e festas no final de semana vendiam os seus vales aos colegas por um valor mais baixo.

(156) Segundo o entrevistado acima citado, dificilmente os caboclos usavam o capacete no serviço. Alguns não usavam nem as botas de borracha.

lhadores.

A criação das diversas formas de educação pela serraria têm, portanto, estreita correlação com os interesses e as necessidades dos donos do poder econômico, que se utilizavam, assim, da educação como forma para garantir o domínio sobre a vida do trabalhador, preparando-o para o trabalho. Neste mundo de trabalho, o trabalhador é levado a divertir-se e a consumir de acordo com o valor pago pela força de trabalho e nada mais além disso. Como expressa um ex-supervisor de serraria:

"O caboclo que vinha trabalhar na serraria tinha que acostumar-se aos ritmos da serraria. Na compra de alimento, tinha que gastar nada mais além do que recebia como pagamento. Controlava o trabalhador para não ir para a bodega tomar cachaça com outros colegas de serviço. Ensinava o trabalhador a utilizar o seu dinheiro na compra dos alimentos para a família, como a carne, o feijão, a farinha e o açúcar. A serraria incentivava os campeonatos de futebol para que o pessoal não deixasse o local de trabalho para festas em outro local. Este tipo de coisa era muito ruim para a serraria porque o trabalhador que bebia muito no final de semana, geralmente faltava ao trabalho na segunda-feira..."(157)

A maneira de viver do trabalhador de serraria não vai, desse modo, além do que é expressão e vontade absoluta do capital: a criação de um tipo de trabalhador sério, pontual, submisso e responsável, sem o desenvolvimento da consciência crítica e

(157) MARTINS, Antonio O. Entrevista concedida ao autor na cidade de São Joaquim, em 07 de outubro de 1989.

das condições materiais fundamentais para a realização de um trabalho próprio, independente. O trabalhador vai aprendendo que o exercício dos seus direitos fica subordinado a simples execução eficiente do trabalho, aprendizagem esta que se dá no próprio local de trabalho e de vida, interligada e articulada às determinações da lógica do capital.

5.4.4. A cultura de resistência

Considerando as entrevistas feitas para a realização deste estudo, observou-se que as queixas dos entrevistados em relação aos salários recebidos na serraria pela venda da sua força de trabalho, atinham-se ao fato de que trabalhavam muito e duramente; ficavam muitas vezes presos ao trabalho em função das dívidas contraídas no armazém da firma; sofriam danos físicos pela falta de condições mais adequadas de trabalho e de ferramentas e, por tudo isso e outras atividades mais, recebiam um baixo salário. Estas queixas, manifestam, assim, o grau de insatisfação com as condições de trabalho assalariado na indústria madeireira, como, também, um certo grau de desenvolvimento da consciência dos trabalhadores:

"Pelo serviço duro que era, pela pressão que faziam em relação ao horário e por outras exigências da firma, o que a gente recebia era uma vergonha. O que ganhava dava só para o sustento da família, para a gente se manter e trabalhar para enriquecer o patrão, os gringos, donos da serraria, que enriqueciam a custa do suor e sofrimento do pessoal que trabalhava. Mas na época a gente não tinha outra escolha: ou trabalhava na serraria ou então, voltava para a fazen-

da, para a roça onde a situação era pior ainda". (158)

"O meu salário lá na serraria era muito baixo, não compensava o esforço no arrastamento das toras para a serra. Era um serviço brabo. Teve colegas meus de serviço que chegaram até a esmagar os dedos dos pés, outros, os dedos das mãos. A gente tinha que passar por tudo isso, correndo risco, para receber uma miséria". (159)

Frente às severas exigências do capital, das duras condições de trabalho e de vida e tendo em vista, sobretudo, o estilo de vida dos caboclos, tidos, muitas vezes, pelos representantes do capital como indivíduos "rebeldes", "agressivos", "brigões", "malandros", "beberrões" e "indisciplinados" para o trabalho regular, muitos destes trabalhadores desertavam da esfera do trabalho, conforme fica evidenciado nas falas dos ex-gerentes de serrarias por nós entrevistados:

"Havia caboclos muito rebeldes que não acatavam as ordens que a gente dava, não aceitavam ser mandados de jeito nenhum no serviço. Muitos destes caboclos chegavam a ir embora da serraria sem dar satisfação a ninguém e, o que é pior, sem perder o acerto de contas". (160)

"A gente lá tinha que impor às ordens para o pessoal. Exigia que cumprissem com a hora certa porque, como você sabe, o caboclo foi criado na fazenda e acostumou-se com um ti-

(158) MARTINS, José A. A incorporação do caboclo na indústria madeireira em São Joaquim. São Joaquim, 1989. Entrevista concedida ao autor em 10 de setembro de 1989.

(159) JESUS, Luiz Macedo. Entrevista concedida ao autor em 15 de outubro de 1989, São Joaquim, SC.

(160) RODRIGUES, Valdomiro da Silva. Entrevista concedida ao autor em 13 de junho de 1989.

po de trabalho feito com cavalo, com boi, sem muita exigência, sem horário pra nada. Por isto era necessário por ordem na casa, cobrando deles o horário certo de trabalho, exigindo, dando em cima. Por causa dessa situação, muitos caboclos fugiam da serraria para ficarem parados. Era comum a gente encontrar pessoas que já tinham trabalhado na serraria, parada, sem fazer nada, só tomando nas bodegas mais próximas da localidade". (161)

Em vista destas circunstâncias, portanto, observa-se que os hábitos tradicionais, certos costumes dos caboclos, de uma maneira geral, não se coadunavam com as novas regras e normas introduzidas pela nova forma educativa de trabalho, existente na serraria. Apresentavam, frente à estas novas situações de trabalho e de vida, determinadas formas de resistências que não se caracterizavam como formas de enfrentamentos coletivos abertos e declarados. Consistiram e consistem, ainda, na situação histórica atual, em resistências informais, individuais ou coletivas dos trabalhadores(162). Entre estas, figuram, sobretudo, a insatisfação expressa nas queixas dos representantes do capital, referindo-se ao abandono de emprego, ao alcoolismo, à indisciplina e hostilidade ostensivas à gerência e ao trabalho de supervisão.

No referente à esta cultura de resistência, as formas de educação do trabalhador pela serraria caracterizavam-se pelas

(161) RODRIGUES, João S. Entrevista concedida ao autor em 19 de maio de 1989. São Joaquim, SC.

(162) ENCUITA, Mariano F. Op. cit.,, 1989, p. 28.

práticas repressivas de controle e de disciplinamento, que objetivavam construir o novo trabalhador através do processo de ruptura com os velhos hábitos tradicionais arraigados. Ou seja, a questão refere-se às antigas formas de trabalho, sob as quais os caboclos estavam submetidos já desde antes do surgimento da serraria na região.

Contudo, é no seio desta indústria madeireira onde se desenvolve o processo educativo de transformação do caboclo para a forma de trabalho assalariada, que se dá o salto qualitativo da formação do trabalhador enquanto se reforça a dimensão do coletivo⁽¹⁶³⁾, em substituição ao trabalhador individual e isolado. É esta a marcha de um longo processo de socialização do trabalhador e, conseqüentemente, de supressão das práticas consideradas inconvenientes para a nova ordem produtiva. No período da indústria madeireira, o produtor individual (o caboclo peão e o caboclo roceiro) se transforma em produtor social (trabalhador assalariado da serraria). Assim, os caboclos, com outras condições de trabalho, tornam-se trabalhadores assalariados e dirigidos pela lógica do capital, que, por sua vez, conduz o homem ao

(163) O emprego da terminologia da dimensão do coletivo encontra reforço no texto de Ari Martendal: "a serraria, numa economia de mercado, como um empreendimento lucrativo do capitalista, apoiou-se numa divisão tecnológica, numa fragmentação afinada com os propósitos da produtividade, tornando a atividade do trabalhador um complemento e uma conseqüência da própria velocidade da serra-maior, forçando um trabalho encadeadamente cooperativo, fazendo com que o trabalhador individual assumisse uma dimensão de trabalhador coletivo". MARTENDAL, José Ari C. Op. cit., 1980, p. 115.

limiar da liberação da racionalidade produtiva, sempre em contraposição a qualquer outra racionalidade diferente. Em lugar da necessidade natural e espontânea, com a indústria madeireira instaura-se uma necessidade socialmente produzida da qual resulta a constituição do trabalhador coletivo, enquadrado, evidencialmente, às exigências fundamentais do capital.

A história da formação do proletariado é, assim, uma necessidade específica do capital, que veio transformar toda a atividade individual em atividade socializada. (164)

(164) Segundo André Gorz, o proletariado é necessário ao capital. Assim, é impossível retornar à máquina de fiar e ao moinho de vento. A proletarianização só se completa com a destruição, entre os operários, de toda e qualquer capacidade autônoma de produzir sua subsistência. GORZ, André. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense, 1982, p. 47-117.

6. CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, formularemos alguns comentários adicionais que estão, de certa forma, relacionados com o possível desenvolvimento do processo educativo do trabalhador caboclo.

Do analisado neste estudo, o que pudemos perceber, historicamente, foi a ocorrência de um duplo processo de expropriação - material e cultural -, que determinou a transformação do caboclo em trabalhador assalariado e subjugado pela dependência econômica e social.

Na primeira fase, constatamos que os caboclos, na condição de trabalhadores de fazenda ou na condição de roceiros, estavam oprimidos entre a propriedade monopolítica da terra e a educação coercitiva que se realizava no interior do próprio local de trabalho e nas relações sociais de produção. A pecuária extensiva, consequência, portanto, do monopólio da terra, constituiu no fundamento econômico da formação social onde predominaram as relações de dominação do tipo patrimonialista. Dentro deste sistema social, os caboclos sem terra, sem privilégios políticos, isolados geograficamente e analfabetos, foram postos à margem ou, então, incorporados no universo da produção e das relações sociais, apenas como força de trabalho, como fator de

produção, reduzidos à condição de classe historicamente subalterna.

No que se refere à educação, parece que esta foi tanto mais eficaz quanto mais correspondeu aos interesses e à função histórica daqueles que detinham o poder de hegemonia. A oligarquia rural, detentora dos meios de produção, reproduziu e conservou a sua posição de hegemonia não somente pela via do fator econômico e político, mas também pela cultura. Na ausência de escolas para os trabalhadores, a fazenda foi o local no qual os caboclos aprenderam os conhecimentos do ofício de peão e criaram hábitos de comportamento e padrões de ação e pensamento patrimonialista.

Assim, o processo educativo do trabalhador de fazenda é repressivo, isto é, a hegemonia do grande fazendeiro impele ao uso de mecanismos que impedem o desenvolvimento da consciência crítica, política e histórica do trabalhador, limitando assim sua capacidade criativa. Patrão e trabalhadores estavam próximos socialmente, numa relação de trabalho, do tipo "face a face". O trabalhador sentia-se como membro integrante da grande família do patrão. Este não era apenas o patrão, mas também o líder político, o padrinho, o conselheiro e o protetor, por excelência, dos trabalhadores peões e roceiros. Na verdade, essa relação cimentava o poder da classe dominante sobre os trabalhadores, ocultando as contradições sociais e transformando os trabalhadores em indivíduos dóceis e solidários com as causas daqueles que os mantinham oprimidos pela dependência social e econômica.

Na segunda fase, a introdução das relações capitalistas no campo, transforma o peão e o roceiro em trabalhadores assalariados, provocando algumas mudanças nas condições gerais do processo social de produção.

À época das serrarias, tanto no município de São Joaquim como em outros da região serrana catarinense, é a indústria capitalista da madeira, definitivamente, que passa a dar a tônica na produção e nas relações sociais de produção. Os caboclos das fazendas de gado e das roças foram recrutados para nova forma de trabalho na serraria. Na verdade, a falta de terras para plantar e para criar animais, o desamparo no campo pela justiça do trabalho, pelos setores da saúde, da educação e outros mais, foram o fio condutor da deserção dos caboclos de seus antigos locais de trabalho. Neste sentido, faz-se necessário relativizar a tese do status social na história da proletarianização do caboclo, como variável determinante. Não havia outra alternativa de vida para o trabalhador, a não ser a sua transferência para a "nova" situação que se apresentava com a instalação das indústrias madeireiras, voltadas à produção em larga escala. Os caboclos encontravam-se, portanto, diante de novas condições não somente de trabalho, mas também de lazer, de habitação, de estudo para os filhos, de saúde, de espiritualidade e de consumo.

Assim, a passagem dos caboclos da fazenda e da roça para a serraria, não pode ser interpretada apenas como simples mudança de local de trabalho, ou como uma questão de "status social". Evidentemente, ela representou muito mais: o trabalho isolado anterior, transformou-se em trabalho coletivo no qual o

trabalhador começou a fazer parte de uma realidade histórica mais ampla, inserindo-se na teia de relações produtivas e relações sociais mais complexas. Neste contexto, a necessidade espontânea, natural, foi substituída por uma necessidade historicamente produzida e profundamente marcada pela lógica do modo capitalista de produção. O desejo de autonomia não é senão uma "nostalgia passivista, um engano trouxa, que impede de ver que o proletariado é necessário ao capitalismo"(165).

Todavia, o período das serrarias, propriamente dito, não chegou a realizar uma transformação radical. O processo de proletarianização do caboclo, não se realizou de maneira plena: os ex-peões e os ex-roceiros, no ambiente de trabalho na serraria, continuaram conservando e desenvolvendo antigas práticas de auto-abastecimento dos seus lares, com o cultivo de um pequeno quintal e com a criação de alguns animais, principalmente, de porcos e galinhas. Por outro lado, reafirmamos o que dissemos anteriormente: o modelo de vida destes trabalhadores rurais do planalto serrano, os seus hábitos de trabalho e os seus costumes foram enriquecidos com novos bens de consumo, melhores habitações, novos regulamentos de trabalho e novas formas de lazer.

No que diz respeito à educação do trabalhador, observou-se que todas as relações pessoais de dominação e dependência, características da produção das fazendas e das roças de

(165) GORZ, André. op. cit., 1982, p. 35 - 37.

subsistência, foram dissolvidas pela lógica do dinheiro(166). Como meio de circulação, o dinheiro passou a ser o intermediário na compra e venda da força de trabalho e de outras mercadorias. Trabalhador e patrão, neste momento, relacionam-se entre si apenas com base na compra e venda mediada pelo dinheiro.

A organização do trabalho, por sua vez, torna-se o fator ativo no processo educativo dos trabalhadores locais, dos ex-peões e dos ex-roceiros, impondo-lhes novos ritmos de trabalho, tarefas contínuas, uniformes e repetitivas. Dessa forma, por intermédio da educação no próprio local de trabalho, os caboclos foram enquadrados na disciplina fabril rigorosa que visava arrancar dos trabalhadores o máximo de lucro possível. Para a realização deste fim, o papel assumido pela gerências das serrarias, no processo educativo dos trabalhadores, foi rígido e despótico, controlando todos os aspectos da vida dos seus assalariados. Conforme definiu Marx, "o comando do capitalista no campo da produção, é como o de general no campo de batalha"(167).

Esse processo educativo, de aprendizagem da produção e da submissão às regras produzidas pelas relações sociais dominantes, encontra algumas resistências, geradas pelo grau de insatisfação com o trabalho assalariado. Na verdade, os trabalha-

(166) Segundo Marx, o dinheiro é um equivalente geral socialmente aceito, uma mercadoria específica que surge na realidade social para desempenhar múltiplos papéis: como meio de circulação, reserva imobilizada de valor, meio de pagamento e moeda universal (Cf. MARX, O Capital, Vol. I, 1987.)

(167) MARX, K. O Capital. vol.I, 1987, p.379-382.

dores, através da sua experiência prática, descobriram que o salário (forma monetária pela qual são pagos pela venda de sua força de trabalho) era uma forma ilusória, sob a qual se escondia o mecanismo da exploração e da sua subordinação real ao capitalista. Assim, as resistências dos caboclos operários, expressas, em particular, de forma indireta, desenvolveram-se através da indisciplina, da desobediência, da hostilidade aos chefes-de-turma, da tendência ao alcoolismo e do abandono do emprego. Essas resistências, segundo Enguita, mesmo não assumindo a forma de enfrentamentos coletivos organizados, abertos e declarados, põem limites ao processo de alienação e podem fazer naufragar total ou parcialmente, os planos da direção ou impor soluções intermediárias entre os desejos das partes(168). Elas obrigam, muitas vezes, o capital a reinventar estratégias novas para atingir suas finalidades.

A atitude de resistência dos caboclos, que passaram pelo processo educativo via o trabalho na serraria, estende-se também às antigas formas de trabalho. O caboclo, uma vez experimentado nas novas condições de trabalho e de vida postas pela indústria capitalista da madeira, dificilmente retornaria e se readaptaria às formas de trabalho anteriores, consideradas, pela maioria dos entrevistados, como menos satisfatórias. Manifestam, dessa forma, um aspecto de educação política, que é um elemento importante na luta dos trabalhadores contra a exploração, a dependência e a dominação capitalista.

(168) ENGUITA, M.F., op. cit., 1989, p.28.

Trata-se, portanto, de apreender esse processo educativo da formação histórica do trabalhador caboclo da região do planalto serrano, não apenas como fator de adaptação ao processo produtivo correspondente, mas, também, como fator de uma ampliação de objetivos e uma transposição, para mais longe, dos horizontes que impediam antes a visão de tantos trabalhadores de fazendas e de roças. Assim, se enriquece a educação do trabalhador.

Na situação histórica atual, constata-se o desencadeamento de uma nova fase no processo da formação histórica do trabalhador caboclo joaquinense. Esta, está estreitamente vinculada à introdução de novas formas de produção material da existência humana, que se desenvolvem na região: a produção de batata e, principalmente, a produção de maçã.

A mão-de-obra barata para os pomares de maçã e as grandes plantações de batata é, em grande parte, formada por ex-operários de serrarias, que são divididos em duas categorias de trabalho assalariado: o temporário e o permanente.

Os trabalhadores temporários, deslocam-se diariamente de um ponto fixo da cidade para executarem as suas tarefas nos pomares e lavouras de batata, que se localizam na zona rural. De maneira geral, trabalham apenas nos meses de julho/agosto (época de plantio da maçã), fevereiro/abril (época da colheita). Estão, portanto, sujeitos à frequentes períodos de desemprego. Também não usufruem de certos direitos e garantias de trabalho expressos na legislação trabalhista vigente.

O anel-urbano fecha-se em torno destes ex-trabalhadores de fazendas, de roças e de serrarias e os confina em condições de vida que os impedem de desenvolver as antigas formas de trabalho que auxiliavam na economia doméstica. A burguesia local, detentora dos meios de produção, tende a conservar a sua posição de hegemonia: de um lado, assegura-se a concentração da riqueza, a manipulação do aparelho ideológico e o exercício da força; de outro lado, mantém-se pela fraqueza e medo do trabalhador oprimido. A lógica do lucro, alma das relações produtivas e das relações sociais que constituem a dependência, revela o seu poder desumanizante nas condições de vida dos caboclos desempregados, dos marginalizados, na desagregação moral, no crescimento da delinquência e da violência, na difusão da droga, na deteriorização ecológica e na deserção escolar.

Assim, observamos que o desenvolvimento acentuado das forças produtivas com a diversificação e modernidade na agricultura não contribuiu para a melhoria da situação de vida dos trabalhadores, em especial, dos trabalhadores rurais, que continuam em estado crítico.

Portanto, para compreender a educação do trabalhador aqui estudado, temos de situá-lo no horizonte da história onde se manifesta e pode ser vivida concretamente. Os sistemas econômicos, políticos e culturais, as relações de dependência e as situações de alienação - aceitos ou rejeitados - não podem ser excluídos do horizonte político, do pensamento e da prática de quem faz e pensa a educação, em favor dos trabalhadores, da sua luta contra as relações capitalistas de dominação-subordinação.

A educação será, conseqüentemente, instrumento de luta e de transformação social, sobretudo, quando se configurar e se afirmar na análise objetiva das relações materiais onde é produzida e encontra suporte de sustentação, teórico e prático.

O mundo da prática oferece a experiência vital, a partir da qual a teoria se constrói e se verifica. Ao mesmo tempo, uma prática educativa, articulada e interligada às necessidades reais e à função histórica dos trabalhadores, se não for orientada pela teoria, será cega, sem discernimento, sem sentido revolucionário. Buscar apreender o círculo existente entre a teoria e prática, entre o saber técnico e o saber político, entre o conhecimento produzido historicamente no interior da prática produtiva e da prática social e o conhecimento sistematizado e elaborado é a tarefa, por excelência, que deve permear o pensamento e a ação do educador ocupado com a educação do trabalhador caboclo oprimido.

7. BIBLIOGRAFIA

- 1 - ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- 2 - ALVES, Márcio Moreira. A Força do Fovo: Democracia Representativa em Lages. São Paulo, Brasiliense, 1988
- 3 - AMURES, Estudo Preliminar. Florianópolis, ETAPA, 1969.
- 4 - AURAS, Marli. Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla. Florianópolis, UFSC, 1984.
- 5 - AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). São Paulo, Itatiaia, 1981.
- 6 - BELTRAME, Sônia Maria Branco. A educação dos que vivem na resistência 1949/1989. Um estudo com pequenos produtores sem terra, no município de Curitibaanos. Fpolis, UFSC, 1991 (Dissertação de Mestrado).
- 7 - BOLLMANN, Maria da Graça Nobrega. No Movimento Social à Escola Sindical: A trajetória da educação de classe dos trabalhadores rurais dos Vales dos Rios Itajaí-Açu - Santa Catarina. Rio de Janeiro, FUC, 1991. (Dissertação de Mestrado)
- 8 - BOSSLE, Ondina Pereira. História da Industrialização Catarinense. Florianópolis, C.N.I./FIESC, 1988.

- 9 - BORDIEU, Pierre e PASSERON, J. A Reprodução. Rio de Janeiro, F9 Alves, 1973.
- 10 - BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a Degradação do Trabalho no Século XX. 3. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- 11 - CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A Campanha do Contestado. Florianópolis, Lunardelli, 1979.
- 12 - _____, A história de Santa Catarina. Florianópolis, Secretaria da Educação e Cultura, 1968.
- 13 - CAON, Edézio Nery. Estória de Minha Cidade. Lages, Gráfica Wilson, 1978.
- 14 - CARDOSO, Ciro F. Agricultura, Escravidão e Capitalismo, Petrópolis, Vozes, 1979.
- 15 - CARDOSO, Fernando Henrique. Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- 16 - _____, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional (O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul). 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 17 - CARR, Edward Hallet. O que é História? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 18 - CARVALHO, Tito. Rulha D'Arroio. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1939.
- 19 - _____, Vida Salobra. Florianópolis, Academia, 1963.

- 20 - CESAR, Guilhermino. O Contrabando no Sul do Brasil. Porto Alegre, UCS/EST, 1978.
- 21 - COSTA, Licurgo. O Continente das Lagens: Sua História e Influência no Sertão da Terra Firme. Florianópolis, FCC, 1982.
- 22 - CORRÊA, Carlos Humberto P. História Oral: Teoria e Técnica. Florianópolis, UFSC, 1978.
- 23 - _____, C Humberto P. Catálogo das Dissertações e Teses do Curso de Pós-Graduação em História de 1973 a 1985. Florianópolis, UFSC, 1987.
- 24 - _____, Os Governantes de Santa Catarina de 1723 a 1982. Florianópolis, UFSC, 1983.
- 25 - CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- 26 - DECCA, Edgar de. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 27 - EHLKE, Cyro. A Conquista do Planalto Catarinense. Florianópolis, Laudes, 1973.
- 28 - ENGUITA, Mariano Fenández. A face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- 29 - FLEURY, A. Organização do trabalho Industrial: um confronto entre Teoria e Realidade. São Paulo, Global, 1982.
- 30 - FOOT, Francisco & LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. São Paulo, Global, 1982.

- 42 - _____, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- 43 - _____, A Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- 44 - HAMPTON, David. Conceitos de Comportamento na Administração. São Paulo, EPU, 1973.
- 45 - HOBBSAW, Eric J. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 46 - _____, Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- 47 - _____, Eric J. A Era das Revoluções. 6ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- 48 - HUBERMAN, Leo. A História da Riqueza do Homem. 18ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- 49 - IANNI, Octávio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- 50 - _____, Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- 51 - IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro, 1977.
- 52 - IURA, Satomi. Lages e Sua Economia. Lages, 1977 (Mimeografado).
- 53 - KLEIN, R. M. O Aspecto Dinâmico do Pinheiro Brasileiro. Itajaí, Sellowie, 1970.

- 54 - KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 55 - KOWARICK, L. Trabalho e Vadiagem. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- 56 - KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica: As relações de Produção e Educação do Trabalhador. 2ª ed., São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- 57 - LAGO, paulo Fernando. Santa Catarina: Dimensões e Perspectivas. Florianópolis, UFSC, 1978.
- 58 - LAPA, J. R. Para uma Historiografia Brasileira. In: Ciência e Cultura, Junho, 1986.
- 59 - LAPA, Junior L. A. A História em Questão. Petrópolis, Vozes, 1976.
- 60 - LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- 61 - LEMOS, Alfredo de Oliveira. A História dos Fanáticos em Santa Catarina e Parte de Minha Vida naqueles tempos 1913-1916. Passo Fundo, Berthier, 1989.
- 62 - LISANDI, Luis. Estrutura Social e Economia da Vila de Lages. Lages, 1989 (Mimeografado).
- 63 - LOPES, José Sérgio Leite. O Vaeor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 64 - LUZ, Aujor Ávila. Os Fanáticos: Crimes e Aberrações da Religiosidade de Nossos Caboclos. Florianópolis, s/d., 1952.

- 65 - MAACK, Reinhard. Geografia Física do Paraná. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- 66 - MANACORDA, Mário A. El Principio Educativo En Gramaci. Salamanca, Ediciones Sígueme, 1977.
- 67 - MARTENDAL, José Ari Celso. Processos Produtivos e Trabalho-Educação: A Incorporação do Caboclo Catarinense na Indústria Madeireira. Rio de Janeiro, FGV, 1980, (Dissertação de Mestrado).
- 68 - MARTINS, José Souza de. O Cativoiro da Terra. 2ª ed., São Paulo, Ed. Livraria, Ciências Humanas, 1981.
- 69 - _____, Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, Vozes, 1981.
- 70 - MARX, Karl. O Capital. São Paulo, Difel, 1987.
- 71 - _____, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo, Hucitec, 1987.
- 72 - _____, Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- 73 - _____, O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In. Manuscritos Econômicos-filosóficos e Outros Textos Escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- 74 - MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Contribuição Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1982.
- 75 - MELLO, Maria Conceição d'Incao. O Róia-Fria. Petrópolis, Vozes, 1978.

- 76 - MONIOT, Henry. A História dos Povos sem História. In: LE-
GOFF, J. e NORA, P. (org.). História Novos Problemas. Rio
de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- 77 - MUNARIN, Antonio. A Praxis dos Movimentos Sociais na Região
de Lages. Florianópolis, UFSC, 1990 (Dissertação de Mes-
trado).
- 78 - NOSELLA, Paolo. Trabalho-educação: Do "Tripalium da escla-
vatura ao 'Labor' da Burguesia à Poiesis" Socialista. In:
SIMPÓSIO Educação e Trabalho. IV CRE, Goiânia em
02-05/09/1986.
- 79 - OHLWEILER, Otto Alcides. Evolução Sócio-economia do Brasil:
do Descobrimento à Nova República. Porto Alegre, Tchê,
1987.
- 80 - PEREIRA, Vera Maria Cândido. O Coração da Fábrica: Um Estu-
do de Caso entre Operários Têxteis. Rio de Janeiro, Cam-
pus, 1979.
- 81 - PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e Crise no
Brasil. 12ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- 82 - PIAZZA, Walter F. Santa Catarina Sua História. Florianópo-
lis, Ed. UFSC, Ed. Lunardelli, 1983.
- 83 - _____, O Escravo numa Economia Minifundiária. São Paulo,
Ed. UDESC/Resenha Universitária, 1977.
- 84 - _____, História da Colonização de Santa Catarina. Floria-
nópolis, UFSC, 1981.
- 85 - _____, & HUBNER, Laura Machado. Santa Catarina Terra da
Gente. Florianópolis, Lunardelli, 1983.

- 86 - QUEIROZ, Maria Isaura. La Guerra Sainte au Brésil: Le mouvement Messianique du Contestad. In: Boletim Nº 187, Sociologia, nº 5, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1957.
- 87 - _____, O Campeonato Brasileiro. In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, VX, Nº 1 e 2, 1979 (Mimeografado).
- 88 - _____, Relatos Orais: do "Indizível" ao "Dizível". In: Ciência e Cultura. SPBC, São Paulo. 39(3): 272-286, março de 1987.
- 89 - QUEIROS, Maurício Vinhas de. Messianismo e Conflito Social. São Paulo, Ática, 1977.
- 90 - RIBEIRO, Enedino Batista. São Joaquim: notícia estatístico-descriptiva. Florianópolis, 1989 (Mimeografado).
- 91 - RIBEIRO, H. Notas Para a História do Povo de Deus em Santa Catarina. Lages, 1987 (Mimeografado).
- 92 - SALVADOR, Mendonça. A Situação Internacional do Brasil. Rio de Janeiro-Paris, Grannier, 1913.
- 93 - SANTOS, Sílvio Coelho (org.). Povo e Tradição em Santa Catarina. Florianópolis, EBEME, 1984.
- 94 - SCHAFF, Adam. História e Verdade. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- 95 - SASSI, Guido Wilmar. Geração do Deserto. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- 96 - SHANIN, Teodor. A Definição do Camponês. In: Estudos CEDRAP - Trabalho e Dominação. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1980.

- 97 - SILVA, Rosângela C. Terras Públicas e Particulares: o Impacto do Capital Estrangeiro sobre a institucionalização da Propriedade Privada (um estudo da Brazil Railway Company no Meio-Oeste Catarinense). Florianópolis, UFSC, 1983, (Dissertação de Mestrado).
- 98 - SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500-1820). 7ª ed., São Paulo, Editora Nacional/MEC, 1977.
- 99 - SINGER, Paul. A Formação da Classe Operária. São Paulo, Editora da Universidade de Campinas, 1986.
- 100 - _____, Evolução Industrial do Brasil e Outros Estados. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
- 101 - _____, Economia Política do Trabalho. São Paulo, Hucitec, 1979.
- 102 - SINZIT, Pedro. Frei Rosário Neuhaus. Petrópolis, Editora Vozes, 1939.
- 103 - SMITH, Adam. Riqueza das Nações. São Paulo, Hemus, 1981.
- 104 - TAYLOR, Frederic W. Princípios da Administração Científica. São Paulo, Atlas, 1970.
- 105 - THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 106 - THOMPSON, P. The Voice of the Past: Oral History. Oxford, Oxford, University Press, 1978.
- 107 - UBALDO, Edson. Bandeira do Rivino. São Paulo, Ed. do Escritor, 1977.

108 - VAZQUEZ, Adolfo S. Filosofia de Praxis. Rio de Janeiro,
Paz e Terra, 1977.

8. ANEXOS

ANEXO I

SERRARIAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
DE SÃO JOAQUIM EM 1941

Serrarias	Local	Distrito
Hermínio da Silva Dutra	Postinho	S. Joaquim
Joaquim Oliveira	Pericó	S. Joaquim
João Medeiros	Antonina	S. Joaquim
João Lotim	Rondinha	S. Joaquim
Antonio Carlos Waltrick	S. Joaquim	S. Joaquim
Marcos Barreto dos Santos	Postinho	S. Joaquim
Brasiliense dos Santos	Açude	S. Joaquim
Abrão Marafigo	Açude	S. Joaquim
Frontrinho F. dos Santos	Açude	S. Joaquim
Dorvino de Lima	Postinho	S. Joaquim
Lídio Fontanela	S. Joaquim	S. Joaquim
Manuel Waltrick de Mattos	Antonina	S. Joaquim
Hortência Rodrigues	Boqueirão	S. Joaquim
Otacílio Barbosa	Antonina	S. Joaquim
Joaquim Marica	Antonina	S. Joaquim
Bernardo Quista	Pôrto Velho	S. Joaquim

Fonte: Enedino Batista Ribeiro. São Joaquim: notícia estatística-descriptiva, Florianópolis, I.G.E., 1941, p. 44

ANEXO 2

São Joaquim/SC

Extração da madeira, 1970 - 1980

ESPECIFICAÇÃO	FIRMA
Serrarias	Madeireira Ceifert Ltda Graciano Camozzoto S/A Becker e Filho Mazzochi Letti, S/A Luiz Nicoletti Bofi Candemil Ind. Mad. Suzim Irmãos Thomazzi Ltda Ernesto Dalpezzol e Filhos Roberto Baggi e cia Ltda Pedro Camilotti Macekoff Ind. mad. Wilmar Henrique Becker Müller e Filhos Francisco Otto Kunrats João Gracioso Zanetti Ltda Maurilio Albanoz e Cia Ltda Maziero Alves e Koeche Ltda Sociedade Caraúna Anselmo Caramori Angelo Grillo Cruz de Malta (Caxias) Irmãos Silveira Omorino Rossi Filho Antonio Gillier Seifert Madereira Calcinato Madeireira Izabelence Madeireira Rovares Ltda Madeireira Dal Eó Incodema Ind. Mad. Irmãos Grigoletto

Fonte: Boletim do IBDF. São Joaquim, 1989.